

Sumário

Número de notícias: 30 | Número de veículos: 16

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Reforma do IR é adiada de novo após pressão por mais tempo para debate 3

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Especialista vê impacto desigual com reforma do IR 6

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo mira subsídio para reduzir diesel 8

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Minirreforma troca salário por bolsa, reduz FGTS e cria emprego sem vínculo 9

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Analistas veem precarização; restaurantes esperam contratações 12

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Open Banking entra na fase de compartilhamento de dados 14

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS
SEGURIDADE SOCIAL

Temporários fora do INSS 16

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Caminho do Congresso pode ser nefasto para a economia" 17

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Orçamento terá R\$ 50 bi para programas sociais - CLAUDIA SAFATLE 19

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Pacheco promete a lira fazer PEC tramitar, mas não garante aprovação 21

O GLOBO - ON LINE - RJ - POLITICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma eleitoral opõe Senado e Câmara: entenda o impasse em torno da volta das coligações 23

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Cortar impostos de empresas é bom para a economia? Estudos não dão certeza 25

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS
ECONOMIA

Lucro da Via Varejo dobra, mas ações despencam - MERCADO S/A 27

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS
ECONOMIA

Setor de serviços volta ao nível pré-pandemia 29

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS
ECONOMIA

Saque e troco por meio do Pix.....	30
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Bolsonaro corta verba de prefeituras e cria voucher direto para creche privada.....	31
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Guedes diz que missões do FMI gostavam de vir ao Brasil para 'comer feijoada'.....	34
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Vacinação incentiva serviços, mas inflação é ameaça no semestre.....	35
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
A erosão do orçamento familiar (Editorial).....	38
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Guedes diz que se pagar R\$ 90 bi de precatórios cometerá crime fiscal.....	39
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Risco fiscal preocupa o mercado, diz Campos Neto.....	41
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Serviços reagem pelo 3º mês e mantêm perspectivas para o PIB no 2º trimestre.....	43
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Itaú ajusta PIB de 2021 e reduz 2022 a 1,5%.....	45
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA ECONOMIA	
Avanço da delta muda panorama da pandemia - HUMBERTO SACCOMANDI.....	47
VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL ECONOMIA	
Delta faz AIE reduzir projeção de demanda por petróleo.....	49
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Risco político pressiona ativo local.....	50
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
"Aumento de estímulos fiscais pode ter efeito contraproducente".....	51
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Expansão fiscal pode levar Selic a mais de 9%, diz XP.....	53
CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA POLÍTICA	
Câmara barra fim do 2º turno.....	55
VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL POLÍTICA	
Para cientista política do Iesp-Uerj, reforma retira muito poder do Judiciário.....	56

Reforma do IR é adiada de novo após pressão por mais tempo para debate



O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), que pretende agora levar ao plenário na terça-feira (17) a reforma do IR. Foto: Vitor/Imagem/Imagem Câmara

Fábio Pupo, Danielle Brante Julia Chaib

A votação do projeto de lei que altera regras do Imposto de Renda foi adiada pelo segundo dia seguido após lideranças pedirem mais tempo para debater as mudanças. A expectativa agora é que ocorra na terça-feira (17).

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), planejava fazer a deliberação em plenário nesta quinta-feira (12) mesmo em meio a críticas ao texto feitas por estados e pela iniciativa privada.

A votação estava prevista originalmente para quarta-feira (11), mas havia sido adiada em meio às críticas sobre o projeto. Lira fez uma nova tentativa para esta quinta, mas postergou novamente após pedidos da base aliada.

Parlamentares aliados ao governo querem mais tempo para discutir as mudanças e também defenderam ler com antecedência o texto do relator, deputado Celso Sabino (PSDB-PA).

Líder do DEM na Câmara, o deputado Efraim Filho (PB) lembrou que a semana teve votações importantes -voto impresso e reforma eleitoral- e que, por isso, as bancadas não conseguiram se debruçar sobre a tributária.

"O tema é conhecido, está lá publicado, tem nota técnica, mas não tivemos tempo de discutir as divergências", disse. "O relator, deputado Celso Sabino, tem feito um trabalho extremamente dedicado de ouvir, de dialogar, mas é preciso amadurecer o texto."

O deputado Alexis Fonteyne (Novo-SP) pediu também que Sabino disponibilize o texto com antecedência para que os partidos consigam analisar a proposta

corretamente.

"O que pedimos é tempo para poder fazê-lo e que o texto seja consolidado. O deputado Celso Albino está fazendo ajustes, está tendo conversas. E importante que possamos fazer uma boa análise e os destaques adequados em plenário. Mas com um texto na mão."

No plenário, após o pedido para que a votação fosse adiada, Lira afirmou que não haveria consenso sobre o texto e que o assunto só serviria "de especulação para que as corporações que estão querendo manter privilégios continuem a tentar negociar dentro do lobby do plenário desta Casa e do Senado Federal, o que é perfeitamente normal".

Ele disse que não levaria o texto ao plenário "se não houvesse certeza de que estados e municípios não teriam perda".

"Não há possibilidade de uma matéria tributária ter consenso no plenário, ela vai ter maioria, o que, num projeto de lei, já é bastante primoroso e efetivo para que a população saiba que temos grandes chances de fazer muito bem a muitos setores, muitas pessoas, e produzir o primeiro passo da **reforma tributária** no Brasil", disse.

Lira, Sabino e a equipe econômica têm pressa para votar o projeto. A terceira versão do substitutivo do relator, com 99 páginas, foi protocolada no sistema da Câmara às 23h12 de terça (10) para ser votada em plenário no dia seguinte.

O deputado passou a preparar uma quarta versão do substitutivo e a apresentou na noite desta quinta. Sabino fez uma ampliação na isenção de dividendos usados por profissionais liberais.

O texto agora permite que micro e pequenas empresas (que faturam até R\$ 4,8 milhões por ano) que recolhem **tributos** pelo chamado lucro presumido (regime simplificado) possam distribuir dividendos sem serem taxadas.

No terceiro substitutivo apresentado por Sabino, havia um limite de até R\$ 20 mil de dividendos para pequenas empresas, enquanto as do Simples já haviam ganhado a possibilidade de distribuir lucros isentos sem limites.

Para compensar o impacto da nova mudança, o relator diminuiu o corte no IRPJ (Imposto de Renda de Pessoa Jurídica), de 9,5 pontos percentuais para 8,5. Com isso, a alíquota-base do IRPJ cairia de 15% para 6,5% em 2022.

Na versão anterior, o corte de 9,5 pontos percentuais seria feito em um ciclo mais longo. A alíquota de IRPJ cairia de 15% para 6,5% em 2022 e para 5,5% em 2023.

Além de ser popular para o governo na baixa renda por aumentar a faixa de isenção, o texto concede R\$ 20 bilhões de respaldo para a turbinada do Bolsa Família ao atender requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal (que exige compensação orçamentária para novas despesas).

Isso não significa que o projeto da reforma no IR trará mais recursos. Na verdade, estados e municípios calculam ter perda de R\$ 16,5 bilhões com a terceira versão do substitutivo, graças aos cortes no IRPJ (Imposto de Renda de Pessoa Jurídica) -dividido com governadores e prefeitos.

Já a União não teria perdas desde que aprovadas todas as medidas compensatórias previstas, como o fim de supersalários, fim de isenções em auxílios do funcionalismo e fim de subsídios a setores específicos.

O relator tentou minimizar a resistência de estados e municípios apresentando em sua terceira versão do texto um corte mais brando de IRPJ e inserindo, no lugar, um corte de 1,5 ponto percentual na Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) -um tributo federal aplicado às empresas.

A mudança é explicada porque os recursos obtidos com o IRPJ são compartilhados com governadores e prefeitos, e a CSLL, não. Com a redução na CSLL, a maioria das empresas veria esse tributo baixar de 9% para 7,5%.

O projeto original encaminhado pelo Executivo propusera uma redução bem mais tímida no IRPJ, dos atuais 15% para 12,5% em 2022 e 10% em 2023 e não tinha redução na CSLL. Mas empresários haviam reclamado dizendo que, com a taxa de 20% prevista pelo texto, teriam aumento de carga no fim das contas.

Diante das reclamações da iniciativa privada, o relator vem tentando agradar aos empresários com um corte mais profundo. Mas enfrenta, a cada movimento, a reação de prefeitos e governadores -que não querem perder recursos do Imposto de Renda (que é recolhido pela **Receita Federal**), mas compartilhado com

estados e municípios).

Mesmo com o adiamento, a expectativa é que a oposição obstrua o processo de votação na terça-feira por discordar da reforma proposta.

Texto prevê que OAB ganhe poder para influir na anulação de atos da Receita

O relator Celso Sabino inseriu em seu texto a inclusão da OAB em um comitê que teria o poder de sustar normas da Receita. A legislação atual já prevê a existência do comitê, mas sem o poder de anular atos da Receita e com integrantes apenas do **Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais)**, da Receita e da PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional).

O Sindifisco Nacional, entidade que representa auditores fiscais, diz que o substitutivo configura conflito de interesses, pois a OAB é um órgão privado e formado inclusive por advogados que defendem grandes clientes com processos no **Carf**.

Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>



A reforma do IR

Para pessoas físicas

ISENÇÃO PARA A BAIXA RENDA

Como é Isento quem ganha até R\$ 1.903,98 por mês

Proposta do governo

Teto sobe para R\$ 2.500,00 por mês

Substitutivo do relator

Segue o projeto do governo

TABELA DO IR

Como é Desatualizada desde 2015

Proposta do governo

Correção de 31% na faixa de isenção e de, em média, 13% nas demais

Substitutivo do relator

Segue o projeto do governo

DESCONTO SIMPLIFICADO

Como é Na declaração anual de ajuste do Imposto de Renda, os contribuintes podem hoje pedir o desconto simplificado de 20%

Proposta do governo

Somente quem ganha até R\$ 40 mil por ano (pouco

mais de R\$ 3.000 por mês) teria direito ao desconto

Substitutivo do relator

Segue o projeto do governo

DIVIDENDOS

Como é

São isentos

Proposta do governo

Tributados em 20% na fonte, com isenção para até R\$ 20 mil por mês

desde que a pessoa física receba de micro ou pequena empresa

Substitutivo do relator

Isenta totalmente dividendos de empresas do Simples e R\$ 20 mil mensais pagos por pequenas empresas.

Além disso, expande a isenção em outros casos — como para empresas que distribuem dividendos dentro do grupo econômico e para coligadas (pelo texto, quando uma empresa detém 20% da outra), além de flexibilizações para fundos de investimento

Para pessoas jurídicas

REDUÇÃO DE ALÍQUOTA

Como é Alíquota do IRPJ é hoje de 15%. Além disso, há cobrança de 10% sobre o lucro que exceder R\$ 20 mil

Proposta do governo

Corte da alíquota-base de 15% em 5 pontos percentuais, para 12,5% em 2022 e 10% em 2023

Substitutivo do relator

Corte da alíquota-base de 15% em 8,5 pontos percentuais, para 6,5% em 2022.

Corte da CSLL em 1,5 ponto percentual (na maioria dos casos, cai para 7,5%)

Para investimentos

JCP (JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO)

Como é Além dos dividendos, as empresas podem distribuir lucros aos acionistas por meio do JCP. Ele pode ser computado pelas empresas como despesa (ou seja, ajuda a abater impostos)

Proposta do governo

Fim da dedutibilidade do JCP da base de cálculo do IRPJ e da CSLL

Substitutivo do relator

Acaba não só com a dedutibilidade, como também com o JCP em si

a partir de 2022

Proposta do governo

Fim da isenção e cobrança de 15%

Substitutivo do relator

Mantém a isenção atual

COME-COTAS EM FUNDOS ABERTOS E FECHADOS

Como é Os fundos abertos pagam imposto (o come-cotas) duas vezes por ano, em maio e novembro. Já os fechados não têm essa obrigação e só pagam na hora do resgate dos recursos

Proposta do governo

Os abertos deixam de recolher em maio e passam a recolher apenas em novembro. Já os fechados passam a ter a obrigação de recolher em novembro, assim como os abertos

Substitutivo do relator

Segue o projeto do governo

FUNDOS IMOBILIÁRIOS

Como é Hoje há isenção sobre os rendimentos distribuídos a pessoa física no caso de fundos imobiliários com cotas negociadas em Bolsa

Especialista vê impacto desigual com reforma do IR



Adriana Fernandes / BRASÍLIA

A reforma do Imposto de Renda prevista pelo parecer do deputado Celso Sabino (PSDBPA) prevê uma desoneração em torno de 0,5% do Produto Interno Bruto (**PIB**), mas isso não significa benefícios iguais para todos os setores nem para todos os regimes de tributação. A pedido do Estadão, o economista Sérgio Gobetti traçou uma radiografia do impacto do projeto, inclusive com as mais novas mudanças introduzidas pelo relator.

Especialista na tributação do Imposto de Renda, Gobetti faz simulações sobre o impacto da proposta desde junho, quando o projeto foi enviado ao Congresso.

Sócios de empresas que usam o regime de lucro presumido e faturam até R\$ 4,8 milhões por mês, como profissionais liberais (médicos, advogados, economistas), serão duplamente beneficiados: pagarão menos **impostos** por causa da queda da alíquota do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) e ficarão totalmente isentos da tributação sobre a distribuição de lucro e dividendos com as novas mudanças divulgadas ontem pelo relator.

Já para as empresas do lucro real, a possibilidade de ganho ou a perda dependerá do percentual retido ou

distribuído dos dividendos, que com o projeto vão passar a ser taxados com uma alíquota de 20%.

Se a empresa reter pelo menos 30% do lucro, já terá redução da carga tributária. Se for do setor financeiro ou fizer uso expressivo das deduções dos chamados Juros de Capital Próprio (JCP), que estão sendo eliminados pelo projeto, aí o mais provável é que haja aumento de imposto, mesmo com a retenção parcial dos lucros. O JCP é uma forma alternativa que as empresas de capital aberto usam para remunerar os seus acionistas e depois conseguem deduzir do imposto a pagar.

O impacto muito diferente da proposta nos diversos tipos de empresas é a razão principal para a polêmica em torno do projeto, que já teve quatro versões de pareceres, o último ontem à noite.

Além das empresas, Estados e municípios reclamam que vão perder arrecadação. Eles conseguiram impedir ontem a votação da proposta pelo plenário da Câmara. O projeto deve ser votado na próxima terça-feira.

Desde que o projeto foi enviado ao Congresso, muitos setores empresariais reclamam do aumento da carga tributária com a volta da tributação de lucro e dividendos - que deixou de existir há 25 anos.

Para aumentar o apoio, o relator antecipou ao Estadão que vai conceder isenção total aos dividendos pagos por empresas do lucro presumido (com faturamento de até R\$ 4,8 milhões anual). Até as novas modificações, os dividendos pagos por essas empresas seriam tributados acima de R\$ 20 mil por mês (R\$ 240 mil por ano). De modo que, para empresas que faturam até R\$ 400 mil de renda per capita, a queda do IRPJ e da CSLL compensaria a tributação de dividendos.

Com a isenção integral, mesmo empresas que faturam mais serão beneficiadas.

As empresas do Simples já tinham conseguido a isenção numa rodada anterior de negociação por pressão da bancada do Congresso que defende as micro e pequenas empresas.

Para Gobetti, a ampliação das isenções para pequenas empresas vai na contramão do que são as

recomendações internacionais para combater o fenômeno da "pejotização" (prestar serviço como pessoa jurídica em vez de pessoa física para pagar menos imposto).

"O pior é que, além de isentar dividendos, estão reduzindo o IRPJ e a CSLL das pequenas empresas, justamente o contrário do que deveria ser feito para restabelecer um mínimo de equidade ao sistema tributário brasileiro." Segundo Gobetti, não faz sentido um profissional liberal pagar entre 6% e 16% de imposto se prestar serviço como empresa e 27,5% como pessoa física (maior alíquota da tabela, para quem ganha acima de R\$ 4.664,68 por mês). Hoje, um prestador de serviços do Simples que fature R\$ 360 mil no ano paga 8,6% de imposto. No lucro presumido, ele desembolsa hoje 16,3% e passará a pagar 12,9%, caso seja aprovado o substitutivo do relator.

Avaliação

"O pior é que, além de isentar dividendos, estão reduzindo o IRPJ e a CSLL das pequenas empresas, justamente o contrário do que deveria ser feito para restabelecer um mínimo de equidade ao sistema tributário." Sérgio Gobetti ECONOMISTA

O QUE MUDA

Veja como fica a tributação do lucro para empresas antes e depois da reforma do IR. Todos os exemplos levam em conta IRPJ + CSLL

I Empresa do Simples

Hoje: paga entre 0,45% e 1,31% do faturamento Pós-reforma: inalterado Impacto: neutro

I Empresa do lucro presumido com faturamento anual de R\$ 300 mil

Hoje: paga 7,68% do faturamento Pós-reforma: vai pagar 4,33% Impacto: queda da carga tributária

I Empresa do lucro presumido com faturamento anual de R\$ 1 milhão

Hoje: paga 8,48% do faturamento Pós-reforma: vai pagar 5,12% do faturamento Impacto: queda da carga tributária

I Empresa do lucro real (se distribuir 100% do lucro em dividendos)

Hoje: paga 34% do lucro Pós-reforma: vai pagar 38,8% Impacto: aumento da carga tributária

I Empresa do lucro real (se distribuir 50% do lucro em

dividendos)

Hoje: paga 34% do lucro Pós-reforma: vai pagar 31,2% Impacto: queda da carga tributária

I Banco (se distribuir 50% de lucro e dividendos)

Hoje: paga 27,5% do lucro com uso de JCP (Juros sobre Capital Próprio)

Pós-reforma: vai pagar 36,6% Impacto: aumento da carga tributária

OS REGIMES TRIBUTÁRIOS

I Simples Nacional

Chamado de "simples" porque unifica a cobrança de todos os **impostos** em uma única guia, o DAS. Pode fazer a adesão micro e pequenas empresas com faturamento anual de até R\$ 4,8 milhões

I Lucro presumido

Segundo tipo de tributação mais escolhido entre as empresas, atrás do Simples, e muito comum entre prestadores de serviços, como médicos, dentistas, economistas, advogados. O faturamento deve ser de até R\$ 78 milhões. A empresa faz a apuração simplificada do IRPJ e da CSLL. A **Receita Federal** presume que uma determinada porcentagem do faturamento é o lucro.

Com esse percentual de presunção, não é preciso comprovar ao Fisco se houve ou não lucro no período do recolhimento dos **impostos**

I Lucro real

Geralmente escolhido pelas empresas de grande porte. Tudo é apurado por meio de lançamentos contábeis, gerando receitas, custos e despesas. Ao final de um certo período, o resultado (lucro ou prejuízo) tem a devida tributação

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Governo mira subsídio para reduzir diesel



Em novo aceno aos caminhoneiros, o presidente Jair Bolsonaro afirmou ontem que pretende zerar a cobrança de PIS/Cofins sobre o diesel. Segundo ele, a medida está em discussão com o ministro da Economia, Paulo Guedes, e com o secretário especial da **Receita Federal**, José Barroso Tostes Neto. A compensação viria de R\$ 15 bilhões hoje destinados a outros subsídios, que seriam revistos. Ele não especificou os alvos do corte.

"Vamos pegar esses R\$ 15 bilhões e abater nos R\$ 19 bilhões que arrecadamos de PIS e Cofins", disse Bolsonaro em entrevista à rádio Jovem Pan Maringá (PR). "O que geralmente é feito com esse dinheiro? Vai para o Tesouro. Quando vai para o Tesouro, não vai para nós porque tem o teto de gastos (regra que limita o avanço das despesas à **inflação**), então é dinheiro que vai para abater dívidas", afirmou.

A redução do diesel deve aproveitar como compensação o aumento de receita que virá do corte de gastos tributários (que incluem subsídios e incentivos) exigido pela emenda constitucional 109, antes chamada de PEC emergencial. Por essa emenda, a equipe econômica precisa encaminhar ao Congresso, até meados de setembro, um plano para revisar subsídios, cortando 10% já neste ano e reduzindo o volume total à metade até 2029. Neste ano, a previsão é que os gastos tributários cheguem a R\$ 307,9 bilhões, o equivalente a 4,02% do **PIB**.

Segundo apurou o Estadão/ Broadcast, a redução da alíquota de PIS/Cofins sobre diesel não é considerada um gasto tributário e, por isso, não "atrapalhará" o cumprimento do plano de redução dos subsídios.

Por isso, Bolsonaro poderá usar o aumento de arrecadação para atender a seus interesses eleitorais sem descumprir a Constituição. Isso porque a emenda não diz como deve ser usado o incremento nas receitas oriundo desse plano de corte nos incentivos.

Segundo um integrante da equipe econômica, como o dinheiro antes iria para o caixa do Tesouro, uma vez que o teto é um obstáculo à elevação de gastos, a opção é conceder uma redução de imposto.

Caso a opção do presidente fosse pela concessão de outro subsídio, aí sim ele teria de "forçar a mão" sobre os incentivos que já existem hoje para conseguir atender a sua base sem descumprir o plano. Ou seja, essa hipótese demandaria um esforço adicional.

Pressa. Segundo outra fonte do governo, o presidente tem manifestado a intenção de que o corte no PIS/Cofins sobre o diesel seja retomado ainda este ano. Ele esteve em vigor nos meses de março e abril, a um custo de R\$ 3 bilhões para os cofres públicos. Mas outro integrante da equipe econômica afirma que a medida "não seria para este ano".

Independentemente do início da vigência, fontes na área econômica avaliam que esse tipo de política é ineficiente, uma vez que outros fatores que influenciam o preço do combustível, como dólar e cotação do petróleo no mercado internacional, podem rapidamente anular o "alívio" de curto prazo concedido pelo corte nas alíquotas dos **tributos**.

Recursos

4,02% é o percentual de gastos tributários previstos para o **PIB** deste ano

R\$ 307,9 bi é quanto deve ser pago em subsídios pela União, conforme previsão do governo

R\$ 19 bi é quanto a União arrecada com PIS/Cofins

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Minirreforma troca salário por bolsa, reduz FGTS e cria emprego sem vínculo



O ministro da Economia, Paulo Guedes, que defende novos programas trabalhistas. Gustavo Sales/Divulgação Câmara

Thiago Resende e Danielle Brant

A Câmara concluiu nesta quinta (12) a votação do projeto que tem sido chamado de minirreforma trabalhista, por criar novas modalidades de contratações e mudar normas da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

O texto-base foi aprovado na terça-feira (10) por 304 votos a favor e 133 contrários. Os deputados analisaram sugestões de mudanças na proposta, que, agora, segue para o Senado. Se não for votado até 7 de setembro, perde a validade.

Inicialmente a proposta enviada pelo governo, em abril, tinha 25 artigos. O objetivo era prorrogar o programa emergencial de corte de jornada e de salários de trabalhadores da iniciativa privada, que foi criado por causa da crise da Covid-19. Isso ocorreu via medida provisória.

A versão aprovada pela Câmara tem quase cem artigos, cria três novos programas trabalhistas, defendidos pela equipe do ministro Paulo Guedes (Economia) e Onyx Lorenzoni (Trabalho e Previdência), e torna permanente o programa de corte de jornada a ser acionado em situação de calamidade.

De forma geral, os novos programas permitem contratações com regras mais flexíveis. O custo à União deve ser de ao menos R\$ 41,1 bilhões de 2022 a 2026.

A oposição tentou desidratar o texto na votação de destaques, mas não conseguiu.

O pacote trabalhista também prevê mudanças nas

regras da CLT que tratam de fiscalização trabalhista, restringe acesso à Justiça gratuita em questões trabalhistas e também altera a jornada complementar de atividades e profissões com carga horária diferenciadas, como professores.

O relator da MP, deputado Christino Áureo (PP-RJ), nega que a proposta seja uma minirreforma trabalhista. Integrantes do governo dizem que o objetivo é estimular a geração de empregos e a entrada de jovens no mercado de trabalho.

Em nota, entidades do Ministério Público, como a ANPT (Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho), se posicionaram contra modificações feitas pelo Congresso.

O primeiro programa trabalhista previsto no projeto é o Requip (regime de qualificação profissional). A medida é voltada a pessoas entre 18 anos e 29 anos, ou desempregadas há mais de dois anos, ou beneficiários de programas federais de transferência de renda.

Esse regime vinha sendo prometido por Guedes. O contrato para a prestação de serviços ou trabalho eventual na empresa não poderá exceder 22 horas semanais, e precisa estar vinculado a um curso de qualificação. O curso pode ser ofertado pelo Sistema S ou pelo patrão.

O plano prevê a criação do BIP (Bônus de Inclusão Produtiva) e do BIQ (Bônus de Incentivo à Qualificação), ambos pagos ao trabalhador em treinamento. Com isso, o valor recebido seria de R\$ 550 por mês.

O BIR pelo desenho, será pago pelo governo. Já o BIQ seria a parcela da empresa.

Diante da dificuldade de encontrar um formato para pagar o BIP, a versão aprovada permite que o valor do bônus seja descontado pela empresa na hora em que for pagar contribuições sociais ao Sistema S.

Assim, a parcela da União (BIP) seria na forma de redução de encargos trabalhistas para os patrões. A compensação é limitada a 15% das contribuições sociais obrigatórias. Isso deve representar cerca de R\$ 1 bilhão por ano para o programa.

Numa versão preliminar do relatório de Áureo, foi sugerido um corte de 30% nos recursos do Sistema S para financiar esse programa. Mas o governo e o deputado tiveram que recuar diante de críticas no Congresso.

O texto aprovado prevê também recursos da União, do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) e do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza para bancar o programa.

A duração desse programa deve ser de três anos, mas os contratos devem ser de 12 meses, podendo ser prorrogado por mais um ano. Haverá um recesso de 30 dias se o contrato for renovado, e o trabalhador receberia o bônus no período.

Não há previsão de contribuição ao FGTS. Se quiser contar o período de trabalho como tempo de contribuição para se aposentar futuramente, será necessário pagar à **Previdência Social** como se fosse um trabalhador autônomo. Ou seja, precisa emitir uma guia para o recolhimento.

As alíquotas para contribuinte facultativo do **INSS**, porém, podem ser mais elevadas (de n% a 20%) que as taxas cobradas para quem tem carteira assinada, que variam de 7,5% a 14%. Há uma alíquota de 5% para os facultativos, mas limitada a beneficiários de programas sociais.

Se não fizer o recolhimento ao **INSS**, os meses de contrato no Requip não serão considerados para a aposentadoria.

A segunda modalidade trabalhista a ser criada pelo projeto é o Priore (Programa Primeira Oportunidade e Reinserção no Emprego). Ele é destinado a jovens de 18 a 29 anos com primeiro registro na carteira de trabalho e pessoas com 55 anos ou mais e que estejam sem vínculo formal de emprego há mais de 12 meses.

Nesse tipo de programa, haverá redução do recolhimento para o FGTS dos empregados. A alíquota mensal, que normalmente é de 8%, cairia para 2% (no caso de microempresas), 4% (empresas de pequeno porte) e 6% (demais empresas). O objetivo é cortar custos para o patrão contratar jovens. Por outro lado, os novos trabalhadores recebem menos na conta do FGTS por um período.

Pelo texto, a remuneração nesse contrato não pode passar de dois salários mínimos (R\$ 2.200). Essa modalidade deve ser feita exclusivamente para novas vagas.

O contrato do Priore terá duração máxima de 24

meses. Se esse período for ultrapassado, será convertido automaticamente em contrato por prazo indeterminado.

Direitos como o 13o salário e férias estão mantidos nesse programa. Os contratados via Priore terão prioridade para participar de ações de qualificação profissional e, assim, receberiam o BIP.

O terceiro novo tipo de contratação foi pedido por Onyx. É o Programa Nacional Prestação de Serviço Social Voluntário, também com foco em jovens de 18 anos a 29 anos, além de pessoas acima de 50 anos.

O programa permite que prefeituras possam contratar temporariamente pessoas para serviços e, em troca, pagar uma remuneração que não pode ser inferior ao salário-mínimo hora (cerca de R\$ 5). A União poderá ajudar nesse pagamento, em até R\$ 125 por mês.

Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>



Principais pontos do projeto

Proposta aprovada na Câmara dos Deputados prevê **três novos programas** com **regras trabalhistas mais flexíveis** e, em alguns casos, com contrato sem vínculo de emprego

1 - REQUIP (REGIME DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL)

- Voltado para jovens, informais e beneficiários de programas sociais
- Jornada limitada a 22 horas semanais; vinculado a curso de qualificação
- Trabalhador recebe bônus de, no máximo, R\$ 550 por mês. Não gera vínculo de emprego
- Trabalhador precisa contribuir como autônomo para Previdência e não há FGTS
- Contratos podem ser de 2 anos, com 30 dias de férias após o primeiro ano

2- PRIORE (PROGRAMA PRIMEIRA OPORTUNIDADE E REINserÇÃO NO EMPREGO)

- Focado em jovens em busca do primeiro emprego e pessoas com 55 anos ou mais e que estejam desempregadas
- Redução do recolhimento para o FGTS dos empregados
- Pode receber um bônus de programa de qualificação pago pelo governo de até R\$ 275

3- PROGRAMA NACIONAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇO SOCIAL VOLUNTÁRIO

- Público-alvo: jovens de 18 anos a 29 anos e pessoas acima de 50 anos
- Prefeituras podem contratar temporariamente pessoas para serviços e, em troca, pagar uma remuneração que não pode ser inferior ao salário-mínimo hora (cerca de R\$ 5)

Analistas veem precarização; restaurantes esperam contratações

Fernanda Brigatti

A minirreforma trabalhista aprovada na Câmara nesta quinta (12) divide especialistas. Há os que veem a proposta como uma precarização das condições de trabalho, os que acham ainda cedo para fechar um parecer e os que comemoram as possibilidades de contratações mais baratas.

Originalmente, a medida provisória apenas recriava o BEm (benefício emergencial), que permite a suspensão de contrato ou a redução de jornada e salário com o pagamento de uma contrapartida calculada sobre o valor do seguro - desemprego.

Mas ganhou tres programas de emprego. Um similar à carteira verde e amarela, um com jornada de até 22 horas semanais e, por último, uma espécie de voluntariado remunerado no serviço público. Os dois últimos são contratações sem registro -ou seja, sem direitos previdenciários ou trabalhistas.

No setor de restaurantes, a expectativa é que o programa que permite o contrato fora da legislação trabalhista viabilize a geração de postos de trabalho na retomada das atividades.

No Requip (Regime de Qualificação Profissional), como o programa foi batizado, a jornada será limitada a 22 horas semanais e será dividida com algum curso de qualificação. Não há carteira assinada, nem os demais direitos previstos na legislação trabalhista, como recolhimentos ao **INSS**, FGTS ou seguro-desemprego.

"No geral, achamos positivo o incentivo ao primeiro emprego. Com a volta das atividades, as recontrações vão acabar avançando, mas o setor ainda está muito endividado", diz Fernando Blower, diretor-executivo da ANR (Associação Nacional de Restaurantes) e presidente do sindicato do setor no Rio.

A vinculação do trabalho com a atividade de aprendizagem ainda será detalhadamente regulada pelo Ministério do Trabalho e da Previdência, segundo previsto no texto aprovado na Câmara. Na avaliação do diretor da AN R, os setores passarão por um período de adaptação até que consigam aplicar as regras. A associação deve intermediar a busca por

formação.

"Informalmente, hoje, o treinamento já é uma atribuição do setor de restaurantes. Somos o primeiro emprego de muita gente e a qualificação faz parte da rotina das empresas", afirma.

Para o presidente da CNC (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo), José Roberto Tadros, é cedo para dizer se as medidas terão efeito sobre novos empregos. "Estamos torcendo de maneira fervorosa, mas somente com o passar dos dias é que vamos saber."

ACNC integra o sistema Sesc e Senac, os serviços sociais e de aprendizagem incluídos no projeto de lei de conversão da MP As empresas que fizerem contratações por meio dos novos programas poderão abater valores que seriam recolhidos ao Sistema S.

Tadros diz que o momento é imprevisível e emergencial e que o governo precisava buscar alternativas para o grande número de pessoas desocupadas. "O Sistema S já está há muito tempo resgatando essas pessoas, seja pela preparação para o mercado, seja por programas como o Mesa Brasil [programa que recolhe sobras que seriam descartadas e distribui]" diz.

Para o economista e professor da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da FGV Nelson Marconi, os três programas incluídos na proposta fragilizam o merca -do de trabalho. "É importante criar condições para novas ocupações, mas aproveitaram o texto para avançar ainda mais sobre a legislação." Para ele, a proposta traz um recado: "No fundo, a mensagem é que a economia está ruim e vamos criar oportunidades, mas você tem que abrir mão de seus direitos trabalhistas".

O professor de direito do trabalho da USP Antônio de Freitas Jr. diz que o projeto associa duas agendas: uma emergencial e outra que poderia estar sendo discutida ponto a ponto. A estratégia, na avaliação dele, se aproveita de uma tolerância maior a questões urgentes ligadas às crises econômica e sanitária.

Para ele, o primeiro problema com o texto do projeto é a reafirmação de que o barateamento dos contratos de trabalho toma os empregos mais atraentes. "Só que

empregar é sempre oneroso. O empregado só o faz quando precisa, a partir de uma necessidade persistente. Ninguém contrata porque está barato", afirma. "Um aspecto preocupante é que o conjunto da proposta orienta para uma expansão da precarização."

O presidente da CSB (Central dos Sindicatos do Brasil), Antonio Neto, diz que as centrais querem garantir que o projeto seja modificado no Senado. O Requip, na avaliação dos sindicatos, entra em conflito com o Jovem Aprendiz, colocando a sobrevivência do programa em risco. Nesse modelo de contrato, jovens de 17 a 24 anos são contratados formalmente, mas a empresa paga uma alíquota menor de FGTS.

Mesmo quem não vê a proposta como precarizante defende que faltou discussão, o que torna a proposta suscetível à judicialização ou dúvidas que inviabilizam a aplicação na prática.

Para Cássia Pizzotti, sócia trabalhista do Demarest, a proposta cria novos tipos de contrato, que se sobrepõem. "Por melhores que sejam as intenções, não é saudável fazer esse tipo de mudança correndo. No papel, é tudo muito bonito, mas, na prática, parece açodado."

O advogado Jorge Matsumoto, do Bichara Advogados, considera natural que as mudanças sejam vistas com dúvidas e gerem discussões. "Nosso cenário é extremamente 'celetizado' e qualquer forma de contrato que saia disso é vista como precarização", diz.

Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

Open Banking entra na fase de compartilhamento de dados

GABRIEL SHINOHARA

Os clientes de grandes bancos e fintechs começarão a perceber em seu dia a dia os efeitos do Open Banking. A partir de hoje, as pessoas poderão escolher se e com que instituição financeira vão compartilhar seus dados cadastrais, além de informações sobre transações em sua conta e histórico de crédito.

A ideia é que, com essas informações em mãos, as instituições financeiras possam oferecer produtos personalizados e mais baratos. Outra mudança poderá ser sentida no momento de abrir conta em um banco ou fintech. Com o compartilhamento de dados cadastrais, o processo deve ficar mais simples e rápido.

A promessa é que esse compartilhamento de dados estimule a competição, o que deve levar à redução das taxas cobradas pelos bancos, inclusive de juros.

Por exemplo, se uma fintech obtiver acesso a um histórico de crédito de 15 anos de um cliente de um grande banco, ela poderá oferecer produtos mais baratos e personalizados para essa pessoa.

Além disso, futuramente, uma empresa pode lançar um agregador de ofertas de crédito e, usando o histórico de crédito de um cliente, apresentar aquelas mais baratas e com melhores condições.

-O Open Banking acirra a competitividade, você consegue colocar instituições entrantes que trazem nos processos custos menos onerosos que instituições mais tradicionais. Quem ganha com isso, no fim, é o consumidor -afirma Luciana Simões Rebello Horta, advogada do escritório Baptista Luz Advogados.

A primeira fase deveria ter começado em 15 de julho, mas foi adiada pelo Banco Central (BC) a pedido das instituições financeiras, que queriam mais tempo para preparar seus sistemas. Na primeira fase, as instituições abriram informações básicas, como canais de atendimento e serviços oferecidos.

O BC ressalta que nenhum compartilhamento de dados será feito sem autorização prévia. O prazo de compartilhamento tem limite de 12 meses e pode ser revogado a qualquer momento pelo cliente. Ao fazer a operação, bancos e fintechs deverão descrever todas

as informações a serem compartilhadas.

EM QUATRO ETAPAS

O advogado Guilherme Guimarães, sócio fundador do Guilherme Guimarães Advogados, lembra que o cliente deve avaliar se as instituições financeiras estão prestando informações claras sobre o uso dos dados:

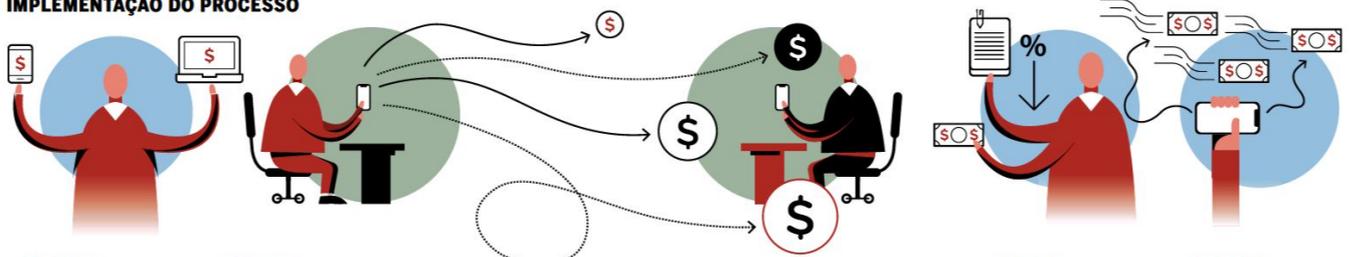
-O cliente deve ficar atento sobre quais as medidas de segurança serão utilizadas pelas instituições financeiras na proteção dos seus dados, especialmente no caso de as operações ocorrerem com parceiros e correspondentes.

A segunda fase será implementada em quatro etapas, que se estenderão até 24 de outubro. Mas a terceira fase do Open Banking está marcada para começarem 30 de agosto. Nela, será possível fazer um pagamento usando o saldo da conta de uma instituição a partir do aplicativo de outra

Já na fase 4, prevista para 15 de dezembro, o Open Banking se expande para além dos bancos. Dados de operação de câmbio, investimentos, seguro, **previdência complementar** aberta e contas-salário também poderão ser compartilhados com várias instituições.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

IMPLEMENTAÇÃO DO PROCESSO



1ª FASE

01/02/2021

As instituições financeiras disponibilizam informações sobre seus produtos e serviços.

2ª FASE



HOJE

Os clientes podem solicitar o compartilhamento, entre as instituições participantes, de seus dados cadastrais e sobre transações em contas, cartões e produtos, conforme cronograma.



De hoje a 12/09

Dados cadastrais (máximo de 0,1% dos clientes)



De 13 a 26/09

Dados cadastrais e de contas corrente, poupança e pré-pagas (0,5% dos clientes)



De 27/09 a 10/10

Todos os dados anteriores + dados de transações com cartões de crédito e operações de crédito (1% dos clientes)



De 11 a 24/10

Todos os dados anteriores (10% dos clientes)

3ª FASE

30/08/2021

Será possível iniciar um pagamento usando o saldo da conta de uma instituição a partir do aplicativo de outra.

4ª FASE

15/10/2021

Dados de operação de câmbio, investimentos, seguro, previdência complementar aberta e contas-salário também poderão ser compartilhados.

SEGURANÇA



As instituições devem assegurar os dados mediante consentimento, autenticação e confirmação do cliente.

EXEMPLOS DE USO



Contratar um empréstimo em um banco onde não se tem histórico financeiro e compartilhar os dados da instituição antiga para a nova



Abrir uma nova conta e compartilhar os dados da instituição antiga para a nova mantendo as duas contas



Uso do agregador de dados: o cliente consente e reúne dados de várias instituições em um único ambiente



Fazer um pagamento via serviço disponibilizado pelo Open Banking

Fonte: Banco Central e OpenBanking.org

Editoria de Arte

Temporários fora do INSS

A contratação temporária de 2.550 pessoas para dar conta de requerimentos represados no Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), que hoje soma 1.450.480 pedidos aguardando análise, está com os dias contados. Os contratos, que poderiam ser renovados por um ano, a contar de junho de 2020, terminam em dezembro. De acordo com a autarquia, a medida provisória que permitiu as contratações não foi convertida em lei e os contratos serão finalizados.

É importante lembrar que a autarquia padece com a falta de servidores: segundo a Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Previdência e Assistência Social (Fenasps) faltam 22 mil servidores no quadro do **INSS**.

- O **INSS** necessita de cerca de 22 mil pessoas, pelo menos, para recompor sua força de trabalho-afirma Viviane Peres, diretora da Fenasps.

Ela conta que o gargalo nas concessões, que hoje têm 1,45 milhão de requerimentos em análise, tende a aumentar. Isso porque a portaria 1.192, de novembro de 2020, passou para o **INSS** a operacionalização dos benefícios do Regime Próprio de Previdência (dos **servidores públicos**).

Desses temporários, 450 são ex-servidores do **INSS** e trabalham na análise dos pedidos, 1.150 são aposentados de outros órgãos e 950 são militares inativos.

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

"Caminho do Congresso pode ser nefasto para a economia"



Frederico Trajano, 45
Formado em administração de empresas pela FGV, é presidente do Magazine Luiza

Mariene Bergamo/Folhapress

Daniele Madureira

O empresário Frederico Trajano, presidente do Magazine Luiza, uma das maiores varejistas do país, está "moderadamente otimista" com os rumos do país e da economia. Otimista em razão do avanço da vacinação -que tardou, mas enfim está chegando a todo o Brasil. Mas o "moderado" é pelo incômodo com a maneira que as reformas vêm sendo conduzidas, especialmente o que ele chama de "minirreforma política". Nesta semana, a Câmara rejeitou o distritão -modelo que enfraquece os partidos e dá destaque a candidaturas personalistas-, mas aprovou a volta das coligações partidárias (que permite a união de partidos em um único bloco para a disputa das eleições e favorece os "partidos de aluguel", sem ideologia).

"Se aprovado, será um retrocesso eleitoral muito grande", afirma Trajano, em entrevista à Folha.

"Tem várias outras questões que precisam ser mais bem discutidas com a sociedade, como o teto dos gastos. Se o caminho tomado pelo Congresso for ruim, isso pode ter um efeito nefasto para a economia. Podemos perder uma bela oportunidade de termos uma recuperação muito sólida, que o Brasil tem todas as condições de ter."

Trajano foi um dos signatários de um manifesto contra as investidas autoritárias do presidente Jair Bolsonaro, assinado por empresários, intelectuais e representantes da sociedade civil na semana passada.

*

Em março, o sr. disse que não havia boas perspectivas para os próximos meses na economia e na política no Brasil. A sua opinião continua a mesma?

Naquele momento, estava me referindo principalmente à vacinação. A gente estava com uma indefinição em relação ao programa de vacinação e com a possibilidade de haver novos lockdowns, o que aconteceu de fato. A minha previsão se materializou.

A gente já tinha fechado lojas em fevereiro e março, depois de uma segunda onda [de Covid-19] muito forte. Mas o quando o Brasil está para cair, chegar ao fundo do poço, consegue sair. Até com a ajuda da iniciativa privada, como o Unidos Pela Vacina, com a mobilização de algumas autoridades políticas, a gente conseguiu acelerar o cronograma de vacinação e estamos em uma situação muito mais confortável. São mais de 100 milhões coma primeira dose, mais de 20% com a imunização completa. Conseguimos sair daquela situação desesperadora, mas a situação atual ainda exige cuidados.

Porquê? Tem a variante delta, e ela está atingindo países em que mais de 50% da população está com a segunda dose da vacina, onde a transmissão apresenta alta significativa. Temos que acelerar ainda mais a vacinação e cobrar das autoridades que isso aconteça rápido -não só a primeira como a segunda dose.

Foi gasto muito tempo com questões eleitorais. Mas tem outras questões muito importantes em curso: **reforma tributária**, uma minirreforma política, o distritão e a volta das coligações partidárias. Eu continuo achando que o momento exige cuidado, atenção e, muito mais do que isso, pro-atividade, não só dos empresários mas de todos os cidadãos, em relação a exigir das autoridades decisões acertadas, que façam a gente se recuperar deste momento de pandemia o mais rápido possível.

O sr. está otimista ou cauteloso? Estou moderadamente otimista. O meu otimismo advém da aceleração da vacinação. E o moderado porque tem coisas importantes sendo discutidas, que precisam de uma atuação mais forte da sociedade civil, para que o caminho dessas mudanças regulatórias seja positivo.

O sr. se refere principalmente à **reforma tributária**? Não só.

Tem a discussão sobre o distritão e a volta das coligações. É quase uma minirreforma política que

está sendo passada, com pouca atenção da grande mídia, dos empresários. Dependendo do que passar, será um retrocesso eleitoral muito grande.

Tem várias outras questões que precisam ser mais bem discutidas com a sociedade, como a do teto dos gastos. São vários assuntos importantes e pertinentes. Se o caminho do Congresso for ruim, isso pode ter um efeito nefasto para a economia. Podemos perder uma bela oportunidade de termos uma recuperação muito sólida, que o Brasil tem todas as condições de ter.

O Magazine Luiza registrou no segundo trimestre um lucro líquido de R\$ 95,5 milhões, revertendo o prejuízo do mesmo período do ano passado, a fase mais aguda da pandemia para o comércio. Mas a fatia do comércio eletrônico no faturamento caiu de 78,5% para 71,6%. O e-commerce está desacelerando? A maneira mais certa de comparar os dados de 2021 é com o segundo trimestre de 2019. Em 2020, havia dois terços do varejo físico fechado. Todo o mundo que tinha que comprar alguma coisa comprava no e-commerce. A curto prazo, vamos ter uma desaceleração se comparado a 2020. Mas, a longo prazo, você tem uma oportunidade gigantesca, porque só um décimo do varejo é online hoje. Você tem um mercado varejista de R\$ 1,2 trilhão, em que só 10% é online.

Tem algumas categorias, como supermercado, em que só 1% está online. Quando se comparam as taxas de penetração do e-commerce do Brasil com países mais desenvolvidos, com mais maturidade digital, a gente ainda está com um terço ou um quarto da participação deles.

Grande parte do crescimento das empresas de varejo brasileiras vai continuar vindo do e-commerce. Do ponto de vista de lojas físicas, dos mais de 7,2 milhões de varejistas, só 100 mil vendem online. Temos uma oportunidade enorme de ajudar essas empresas a se digitalizar.

Na quarta-feira (11), as Americanas anunciaram a compra da varejista de alimentos Natural da Terra, depois de terem sondado a varejista de moda Marisa. São segmentos em que o Magalu elegeu como prioridades para aquisição, ao lado de cosméticos e delivery de comida, certo? São esses e esportes. Nós temos a missão de digitalizar o varejo brasileiro, ser o seu sistema operacional. Um ecossistema digital completo e multicanal. Temos ambições de crescer em todas as categorias que têm baixa penetração online no Brasil.

Fizemos movimentos como a compra da KaBum!, que está no nicho de games, compramos lá atrás a Nesthoes, de esporte e moda, Época Cosméticos, que hoje é líder em comércio eletrônico de beleza. Temos

trabalhado em todas as categorias, inclusive a de mercado [varejo alimentar].

A aquisição do KaBum!, em julho, foi a maior da história do Magalu, R\$ 1 bilhão. Agora, com os R\$ 10 bilhões em caixa após o "follow-on" [oferta subsequente de ações] no mês passado, tem mais compras no radar? A gente está entrando em praticamente todos os segmentos do varejo brasileiro. Compramos várias empresas para complementar o nosso portfólio de produtos: várias de tecnologia pura, que ajudam em busca e recomendação, algoritmos, empresas de sistemas, outras que fazem logística, pagamentos, full delivery... temos vários segmentos.

Queremos ser um ecossistema digital completo e multicanal. Essa é a nossa estratégia. Queremos ajudar a digitalizar o varejo brasileiro. Temos uma ambição grande, para ajudar a aumentar a taxa de penetração no Brasil. Queremos ser um dos protagonistas desse processo.

ENTREVISTA FREDERICO TRAJANO

Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

Orçamento terá R\$ 50 bi para programas sociais - CLAUDIA SAFATLE

CLAUDIA SAFATLE

Na montagem da proposta de lei orçamentária para 2022, o governo calcula em cerca de R\$ 50 bilhões os recursos destinados a engordar os programas sociais para fins eleitorais. Esses seriam destinados ao novo Bolsa Família, programa chamado Auxílio Brasil, e para outras iniciativas sobretudo para aumentar a oferta de empregos na economia. O valor do auxílio ainda está em discussão e só deverá ser conhecido mais adiante, mas é sabido que o presidente Jair Bolsonaro gostaria de fixá-lo em R\$ 400, e o ministro da Economia, Paulo Guedes, preferiria algo mais modesto, em torno de R\$ 280.

São esses R\$ 50 bilhões originários da **inflação** que corrige o teto de gastos para o orçamento do próximo ano e deverão ser usados integralmente para socorrer as pessoas mais pobres ao longo de 2022, ano em que se elegerá o novo presidente da República.

Com a alocação desses recursos para os mais pobres, espera-se virar as pesquisas de intenção de voto, hoje mais favoráveis ao adversário de Jair Bolsonaro, o petista Luiz Inácio Lula da Silva.

Há a expectativa também de esse espaço fiscal ajudar na recuperação da economia, juntamente com a vacinação, melhorando o ambiente geral do país, hoje marcado pela polarização entre o que se supõe ser a esquerda e a extrema direita.

A semana termina com a imagem de um desfile de um punhado de tanques militares soltando fumaça preta na Esplanada dos Ministérios, patrocinada pelo presidente da República que, no dia seguinte, colheu a denota, na Câmara, da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que tornava obrigatório o voto impresso.

A PEC, que motivou a cena patética citada acima e levou Bolsonaro a uma total falta de compostura no trato das instituições, teve somente 229 votos favoráveis e precisava de 308 para ser aprovada.

A insistência no voto impresso decorre de uma paranoia do presidente em relação à urna eletrônica, que ele crê estar sujeita a fraudes.

Ao esticar por demais a corda, colocando em risco a

própria democracia, Bolsonaro levou muita gente boa a duvidar da sua sanidade mental. Ele toca uma agenda própria, totalmente desconectada dos problemas reais que a sociedade brasileira vive com o desemprego, **inflação** em alta e ainda assombrada com a pandemiadacovid-19, dentre outros.

Outra medida que vai dar algum alento à classe média em um ano eleitoral é a correção da tabela do Imposto de Renda. Mas o projeto de lei 2.337/21, que corrige a tabela do IR, tem implicações maiores. Ao tributar os dividendos com uma alíquota de 20% e dar isenção aos dividendos recebidos até o valor de R\$ 20 mil, começaram as pressões sobre o relator, deputado Celso Sabino(PSDB-PA).

Primeiro ele teve que isentar as empresas do Simples e, agora, chegou-se a um acordo que beneficia as empresas do lucro presumido. Pela proposta, tanto as empresas do Simples quanto as do lucro presumido que faturarem até R\$ 4,8 milhões por ano estarão isentas da tributação dos dividendos. Esse faturamento envolve cerca de 90% das empresas que declaram com base no lucro presumido, que estavam contra o projeto.

Se aprovado na Câmara, cuja votação está marcada para a próxima terça-feira, o PL 2.337/21 seguirá para o Senado e lá as coisas podem se complicar. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM - MG), se comprometeu a fazer andar a PEC 110/19, que trata da **reforma tributária** mais ampla.

Ao receber de entidades da indústria, secretários de fazenda dos Estados, entidades representantes de auditores fiscais, organizações e movimentos sociais, na quarta-feira, um manifesto em defesa de uma ampla **reforma tributária**, o presidente do Senado recomendou ao relator da proposta, senador Roberto Rocha (PSDB-MA), a aprovação do plenário da Casa de mais um ciclo de debates sobre a reforma que será submetida à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O manifesto fala em uma reforma completa, que incluía os **tributos** federais PIS/Pasep, Cofins e 1PI, o ICMS, estadual, e o ISS, municipal.

A PEC 110 extingue nove **tributos** (IPI, PIS, Cofins, IOF, salário-educação, Cide-combustíveis, Pasep, ICMS e ISS) e os substitui pelo Imposto sobre Bens e Serviços, um tributo de competência dos Estados.

Para a alçada federal, a PEC cria a Contribuição sobre Bens e Serviços, resultado da união do PIS e da Cofins, em um regime dual.

Um novo ciclo de debates da reforma, com base na PEC 110, foi aprovado pelo plenário do Senado e deverá começar nos próximos 15 dias.

Não será surpresa se, diante da ofensiva do Senado, o projeto de lei que trata do Imposto de Renda for aprovado pela Câmara e colocado de lado, no Senado, até a definição de uma proposta de reforma que possa envolver todo o sistema de **impostos** e contribuições, conhecido como " manicômio tributário".

Há mais de uma década que o país discute a ideia de uma **reforma tributária**. Consome-se energia e tempo em torno de um tema que chega às portas de uma votação, mas acaba não saindo do lugar. Foi para tentar dar um destino à demanda por simplificação, maior progressividade na cobrança dos **impostos** e neutralidade em relação à carga tributária que o governo mudou a sua estratégia. Já que não se chega a um mínimo de consenso em torno de uma proposta ampla, decidiu tentara fatiada.

Enviou ao Congresso a medida de unificação do PIS/Cofins e o pacote do Imposto de Renda, que foi profundamente alterado pelo relator. Deixou a proposta do PIS/Cofins à sua própria sorte e parece não estar se importando muito com os rumos do IR.

Afinal, a **inflação** em alta dá um jeitinho no conflito distributivo no curto prazo; agora é hora de se pensar na reeleição.

Claudia Safatle é jornalista da equipe de criou o Valor Econômico e escreve às sextas-feiras

E-mail: claudia.safatle@valor.com.br

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186978?page=1§ion=1

Pacheco promete a lira fazer PEC tramitar, mas não garante aprovação



Pacheco: presidente do Senado juntou com Lira, Nogueira, Alcolumbre e Bezerra Coelho, para discutir PEC

Renan Truffi, Vandson Lima e Marcelo Ribeiro

Apesar de discordar do retorno das coligações partidárias nas eleições proporcionais, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), sinalizou que irá abrir caminho para a proposta de emenda constitucional (PEC) da reforma eleitoral, que está sendo discutida na Câmara dos Deputados. O compromisso foi feito num jantar com o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL). Isso não significa, no entanto, que a matéria será aprovada necessariamente. O tema, inclusive, já provoca resistência entre algumas das principais bancadas do Senado e, segundo Pacheco, a tendência é de "rejeição" da proposta.

O encontro entre Lira e Pacheco aconteceu na noite de quarta-feira e envolveu também o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), o presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), senador Davi Alcolumbre (DEM-AP), e o ministro-chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira (PP-PI). Ainda que tenha indicado que vai colocar a matéria para tramitar normalmente, Pacheco explicou, segundo uma fonte, que a aprovação do texto está "no colo" das bancadas da Câmara e dos partidos, que terão de trabalhar para conseguir os votos necessários.

O próprio Pacheco se manifestou, recentemente, contra o retorno das coligações proporcionais. "Eu tenho uma opinião pessoal manifestada sobre isso, inclusive quando eu era deputado. Eu votei contra o distritão. Sempre defendi a proposta de 2017, o sistema proporcional sem coligações e com cláusula de desempenho. Eu, particularmente, continuo na

defesa do sistema eleitoral proporcional com essas condições que temos hoje e alguns ajustes que, naturalmente, precisam ser feitos, mas sem desnaturalizar a essência do sistema eleitoral. Portanto eu tenho uma opinião contrária à tese do distritão, mas como presidente do Senado nós vamos dar o tratamento legislativo devido", explicou o presidente do Senado, na terça-feira, antes da votação.

O mesmo incômodo é compartilhado por líderes dos principais partidos. Eles criticam o retorno das coligações, mas admitem que o tema é sensível. Isso porque a proposta se refere aos mandatos proporcionais, caso específico dos deputados, enquanto que os senadores têm mandatos majoritários e não são afetados por essa mudanças.

"É um tema complicado, muitos senadores são pessoalmente contra a volta das coligações. Mas esse é um assunto da Câmara, afeta a eles e não a nós, que somos cargo majoritário. Então, isso dificulta a gente reverter a decisão deles", afirmou o líder do PSDB na Casa, senador Izalci Lucas (DF). À frente de um bancada de 11 senadores, o líder do PSD, Nelsinho Trad (MS), também admitiu ser contra a ideia sugerida pelos deputados federais. "Pessoalmente, eu sou contra voltar coligação, mas não é uma posição do partido, é minha. O PSD vai reunir a bancada segunda-feira para discutir e firmar uma posição", explicou.

O assunto também teve repercussão negativa no MDB, maior legenda do Senado, com 15 parlamentares. O partido ainda vai marcar uma data para debater este tópico com toda a bancada, mas parlamentares da sigla adiantam, em caráter reservado, que consideram a proposta uma "violação", já que esta questão foi debatida pelo Congresso Nacional há pouco tempo.

"A coligação proporcional é, na sua expressão máxima, a negação da existência do partido. Um partido pressupõe programa, doutrina, ideologia, filosofia de vida e de administração. Na coligação você bota dentro do mesmo saco partidos que pensam diferente, que têm programas divergentes, que são oposições ideológicas, doutrinárias, filosóficas", rechaçou o senador Marcelo Castro (MDB-PI).

Outro assunto mencionado no jantar entre Lira e Pacheco foi a **reforma tributária**. Neste sentido, não

houve consenso. Lira continua defendendo um projeto "fatiado" enquanto Pacheco quer insistir na PEC 110, que tem um viés mais amplo e conta com o apoio do setor produtivo.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186978?page=1§ion=1

Reforma eleitoral opõe Senado e Câmara: entenda o impasse em torno da volta das coligações

Bruno Góes, Evandro Éboli e Paulo Cappelli

BRASÍLIA - Aprovada em primeiro turno pelos deputados na noite de quarta-feira, a volta das coligações partidárias nas eleições de 2022 pode não resistir no Senado. O presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), classificou ontem a proposta como um "retrocesso". A palavra tem sido usada por cientistas políticos para analisar este ponto da reforma eleitoral, que deverá ser apreciada em segundo turno na Câmara na próxima terça-feira para, depois, seguir para o Senado.

Rodrigo Pacheco adiantou que, entre os senadores, há uma "tendência" pela manutenção do sistema atual. Ele defendeu ainda a reforma eleitoral sancionada em 2017, quando as coligações foram proibidas.

- Eu mantenho minha posição pessoal. Eu considero, sim, que é um retrocesso. Nós fizemos uma opção inteligente em 2017, e um dos itens é justamente o fim das coligações e, com a cláusula de desempenho, fará com que nós tenhamos menos partidos políticos e uma melhor representatividade na política - argumentou o presidente do Senado ao G1.

Lira articula

Os deputados aprovaram a retomada das coligações por larga maioria - 333 votos favoráveis e 149 contrários - após um acordo entre líderes partidários. Nessa mesma negociação, os parlamentares acertaram a derrubada do chamado distritão, modelo em que são eleitos os candidatos a deputados federal e estadual mais votados em cada estado, independentemente do tamanho da bancada de seus partidos, critério levado em consideração atualmente. O próprio presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), participou diretamente das articulações para a mudança da regras eleitorais.

Antevendo as dificuldades que a proposta vai enfrentar, Lira já começou a trabalhar na Casa vizinha. Ele jantou com o presidente do Senado na noite de quarta-feira em Brasília e fez um apelo para que o colega paute o tema no plenário. Pacheco respondeu que vai submeter o assunto ao plenário quando houver

consenso entre líderes e pontuou que há outros temas prioritários, como a reforma tributária.

Um dos articuladores da reforma, Lira quer evitar que Pacheco deixe a matéria indefinidamente na gaveta - as mudanças nas regras eleitorais precisam ser aprovadas até outubro para valerem já no ano que vem. A declarada resistência de Pacheco gerou ruídos entre as duas Casas. Relatora da reforma na Câmara, a deputada Renata Abreu (Podemos-SP), reagiu duramente.

- Vai gerar uma crise institucional (se o Senado barrar o que foi aprovado na Câmara) - afirmou.

Retorno a jato

Com o propósito de ajudar a reduzir a fragmentação do quadro partidário e impedir que votos dados a um candidato ajudem a eleger outros, inclusive de outros partidos, a proibição das coligações valeu apenas na eleição de 2020. Agora, os deputados querem derrubar a medida aprovada pelo Congresso em 2017.

Em condição de anonimato, o presidente de um partido do Centrão justificou a decisão de voltar atrás da decisão de 2017. Sem as coligações, legendas menores - por vezes usadas como siglas de aluguel para captação de fundo partidário - deixariam de existir em consequência da chamada cláusula de barreira. Essa regra estabelece um número mínimo de votos que cada partido precisa obter para receber recursos do fundo partidário.

Na última eleição, houve redução drástica na participação das legendas menores nas Câmaras municipais. Essas siglas, porém, ainda são consideradas importantes, em muitos casos, para a busca do votos em eleições majoritárias.

Para a cientista política Maria do Socorro Braga, professora da Universidade Federal de São Carlos, a volta das coligações foi uma forma encontrada pelos partidos para ampliar o alcance nas eleições de 2022, diante da polarização no cenário presidencial.

- Os grandes, as siglas do centrão, não conseguiram

retomar a força que tiveram antes de 2016. Por maiores que sejam, eles perderam capilaridade. Mostra um movimento desses partidos preocupados na disputa por 2022 com as coligações. Há um cálculo político para tentar se reforçar para uma disputa imprevisível - afirma a professora.

Site: <https://oglobo.globo.com/politica/reforma-eleitoral-opoe-senado-camara-entenda-impasse-em-torno-da-volta-das-coligacoes-25153440>

Cortar impostos de empresas é bom para a economia? Estudos não dão certeza

Giulia Fontes

A redução de **impostos** para empresas na reforma do IR (Imposto de Renda) vem sendo defendida pelo relator da proposta, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), como uma forma de estimular a economia do país . O raciocínio é de que, pagando menos **tributos**, as companhias teriam mais dinheiro para fazer investimentos, o que movimentaria a economia.

Ao longo do tempo, porém, estudos acadêmicos realizados no mundo todo têm apresentado conclusões contraditórias: alguns afirmam que a redução de **impostos** para empresas de fato impulsiona o crescimento, enquanto outros não encontram efeitos ou até identificam impactos negativos. Uma pesquisa recente, que considera evidências coletadas em 42 estudos anteriores, aponta que a redução de **impostos** para empresas não surte efeitos sobre o crescimento econômico.

A conclusão está no artigo produzido por Sebastian Gechert e Philipp Heimberger, pesquisadores da Universidade de Bamberg, na Alemanha, e do Vienna Institute for International Economic Studies, da Áustria, respectivamente.

Publicado em 2021, o estudo conclui que mudanças em **impostos** para empresas não têm impacto econômica ou estatisticamente relevante sobre o crescimento econômico .

Segundo os pesquisadores, considerando o horizonte de curto prazo, cortar **impostos** de empresas pode até mesmo ser prejudicial ao crescimento. Eles afirmam que o resultado não parece mudar se considerarmos países que integram ou não a OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico). A entidade reúne as nações mais ricas.

O artigo afirma ainda que outros fatores influenciam no efeito da carga de **impostos** sobre o crescimento. Por exemplo, se houver aumento de **tributos** e o governo utilizar a arrecadação extra para **gastos** que estimulem a atividade econômica, o resultado pode ser mais crescimento.

Bernard Appy, economista e diretor do Centro de Cidadania Fiscal, afirma que o efeito final da redução de **impostos** sobre empresas pode variar ao longo do

tempo.

Segundo ele, há três impactos principais possíveis:

Na reforma em tramitação no Congresso, a proposta é reduzir a carga sobre empresas e, em contrapartida, tributar dividendos, que são distribuídos a pessoas físicas (veja mais abaixo).

No caso dos dividendos, um estudo (veja original em inglês) realizado pelos pesquisadores Charles Boissel, da Escola de Altos Estudos Comerciais de Paris, e Adrien Matray, da Universidade de Princeton (EUA), por exemplo, mostra que o aumento na tributação implementado na França fez com que as empresas repassassem menos dinheiro aos acionistas e investissem mais. Segundo o artigo, cada euro que não foi distribuído em dividendos resultou em mais 0,2 euro de investimento.

No cenário dos EUA, uma pesquisa de Danny Yagan (original em inglês) , da Universidade da Califórnia, apontou que a redução na tributação de dividendos, ocorrida em 2003, não teve impactos nos investimentos realizados por empresas nem na remuneração de empregados.

Manoel Pires, coordenador do Observatório de Política Fiscal do Ibre/FGV (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas), diz que o aumento de **impostos** sobre empresas foi uma tendência mundial no século 20, para a construção dos chamados estados de bem-estar (com uma grande rede de proteção social).

Segundo ele, gradativamente houve a defesa de redução dos **impostos**, para estimular os investimentos e a produtividade dos trabalhadores.

No último relatório apresentado para o projeto de **reforma tributária**, o relator Celso Sabino propõe que a alíquota do IR de empresas caia dos atuais 15% para 6,5% em 2022. O texto ainda diminui em até 1,5 ponto percentual a alíquota da CSLL (Contribuição Social Sobre Lucro Líquido), outro tributo pago por empresas e bancos.

De outro lado, o projeto institui a cobrança de uma alíquota de 20% sobre lucros e dividendos distribuídos pelas empresas a pessoas físicas. Hoje, os dividendos

são isentos.

Para Manoel Pires, o documento do relator propõe uma redução quase irrestrita do imposto cobrado de empresas -e nada garante que essa renúncia de receitas vá se transformar em investimentos.

Eventualmente uma ou outra empresa vai querer investir, mas para a maioria esse não é necessariamente o caso , afirma.

Segundo Bernard Appy, o caso brasileiro tem ainda mais complexidades, e é temerário que a discussão seja pautada em um suposto efeito positivo no crescimento econômico.

A previsão é de que a proposta de reforma do IR seja votada pela Câmara dos Deputados na terça-feira (17).

O UOL pediu um comentário do deputado Celso Sabino sobre as críticas, mas não obteve resposta até a publicação deste texto.

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/08/13/reforma-imposto-de-renda-ir-empresas-crescimento-economico.htm>

Lucro da Via Varejo dobra, mas ações despencam - MERCADO S/A



lucro líquido em 103% no segundo trimestre em comparação com o mesmo período de 2020, alcançando R\$ 132 milhões no período. Parece ótimo, certo? Não para o mercado financeiro. Ontem, as ações da companhia fecharam o dia com queda de 7%, levando pânico para novatos na Bolsa. O que explica o movimento? Segundo analistas, os resultados foram bons, mas vieram abaixo dos concorrentes diretos da Via, o que pode comprometer o desempenho da empresa no longo prazo. As margens operacionais também não corresponderam à expectativa. Seja como for, a decepção do mercado foi suficiente para fazer as ações da empresa desabarem.

CNI quer impulsionar inovação nas empresas

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) definiu como uma de suas prioridades estimular a inovação no Brasil. Uma iniciativa interessante foi a assinatura de uma parceria com a empresa israelense Sosa, que mantém uma das maiores plataformas de inovação aberta do mundo - ela reúne em seu portfólio 15 mil startups. A ideia é que as indústrias brasileiras tenham acesso a tecnologias de ponta e possam acessar projetos internacionais. O Brasil investe apenas 1% do **PIB** em inovação.

Turismo reage e acelera recuperação

Muitos analistas disseram que o turismo brasileiro só retomaria os índices pré-pandemia em 2023. A julgar pelo ritmo da recuperação, será muito antes disso, provavelmente no início de 2022. Em junho, segundo dados do IBGE, o setor cresceu 12% em relação a maio. Se a base comparativa for um ano atrás, a alta quase chegou a 100%. O bom desempenho foi liderado por Minas Gerais (avanço de 20% na passagem mensal) e Rio de Janeiro (12%). Espera-se resultado ainda melhor nas viagens de fim de ano.

No mundo das TVs, sul-coreanos mandam

A saída das fabricantes Sony e Panasonic do mercado de aparelhos de TV no Brasil é péssima para o país, mas não se deve apenas à conjuntura econômica. Na verdade, os japoneses perderam a supremacia na produção de televisores, fenômeno observado em diversas partes do mundo. Eles foram superados pelos sul-coreanos, que têm a Samsung como líder global, com 39% de participação de mercado. A cada três



AMAURI SEGALLA

O mundo dos investimentos tem algumas peculiaridades. Às vezes, o que parece ser excelente para alguns é, na verdade, péssimo para outros. A Via, nova denominação da Via Varejo, dona de marcas como Casas Bahia e Pontofrio (que virou apenas Ponto na repaginação da empresa), aumentou seu

aparelhos vendidos atualmente no mundo, um é de marca Samsung ou LG, outra sul-coreana.

"O Brasil preza muito pelo regime democrático. Lutou-se muito por ele. A democracia de verdade é o único sistema que vale a pena viver." José Roberto Mendonça de Barros, economista, sócio da MB Associados e ex-secretário de Política Econômica

R\$ 2,5 bilhões

foi o lucro líquido da Eletrobras no segundo trimestre, valor 439% superior ao obtido no mesmo período do ano passado.

Rapidinhas

Na impressionante velocidade de transformação da indústria alimentícia, as carnes à base de plantas não são mais novidade. Há outra invenção agora: hambúrgueres feitos de fungos. A tendência ganhou força com a americana Prime Roots, que lançou no mercado hambúrgueres e tiras de bacon criados a partir do fungo koji, usando na produção de saquê. A preocupação com o meio ambiente está em alta. Na Bradesco Seguros, os programas Descarte Ecológico e Auto Reciclagem têm quebrado recordes. Funciona assim: a empresa busca na casa do cliente utensílios descartados, como geladeiras ou móveis. Em 2020, foram cerca de 14 toneladas. Em 2021, serão 17. O cineasta espanhol Pedro Almodóvar venceu o Instagram. Nos últimos dias, a rede social removeu o pôster de seu filme mais recente, Madres Paralelas, que exibe o mamilo de uma mulher lactante, por contrariar regras que não permitem nudez. Após protestos, o Instagram voltou atrás e reconheceu o "contexto artístico" da imagem. A rede de academias SmartFit comemorou o prejuízo de R\$ 161,2 milhões no segundo trimestre. Como assim? A explicação é óbvia: o rombo diminuiu 36% em relação ao mesmo período do ano passado. Entre abril e abril e junho de 2020, apenas 28% de suas unidades estavam abertas. O índice chegou a 84% em igual intervalo de 2021.

Setor de serviços volta ao nível pré-pandemia

VERA BATISTA

Em junho, o volume de serviços prestados no Brasil avançou 1,7% em relação a maio, acumulando ganho de 4,4% nos últimos três meses. Com esse resultado, o setor se recuperou frente ao período pré-pandemia, ficando 2,4% acima de fevereiro de 2020, e chegou ao patamar mais elevado desde maio de 2016, de acordo com a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em relação a junho de 2020, o setor registrou a quarta taxa positiva consecutiva ao avançar 21,1%.

Mesmo com a recuperação, os serviços prestados às famílias ainda operam 22,8% abaixo do período pré-pandemia. "Ainda há algum receio da população em consumir serviços dessa natureza, além das restrições de funcionamento em alguns estabelecimentos", explicou Rodrigo Lobo, analista da pesquisa. Apesar disso, o segmento mostra alguma recuperação, já que, em março de 2020, o tombo em relação a fevereiro havia sido de 32,1%, chegando a 61,8%, em abril. Mas, em junho de 2021, alojamento e alimentação impulsionaram os serviços às famílias, com a terceira alta consecutiva, de 40,3%, depois de ter sofrido impacto negativo, em março (-28,0%), com o isolamento social.

Serviços como manicure, pedicure, cabeleireiro ou barbeiro, entre outros mais dependentes da presença física dos clientes, estão entre os que mais sofreram. E isso se deve, de acordo com o economista Cesar Bergo, sócio-consultor da Corretora OpenInvest, à falta de renda, aumento dos índices de desemprego, **inflação** persistente, demora do governo em retomar o pagamento do auxílio emergencial e à alta do preço dos alimentos, além de uma pequena interferência negativa da falta de insumos.

"É claro que as pessoas se viram, tentam atender em casa, mas o dinheiro não entrou no bolso dos consumidores ou foi para outras prioridades. E não houve medidas concretas e imediatas para melhorar o consumo. Essa pequena melhora nos serviços é resultado de uma demanda represada", destacou Bergo. Para o segundo semestre, a previsão também não é das melhores. "Vamos contar com o impacto da crise hídrica que ainda não está refletida. Os números de junho acabaram por quebrar a expectativa para julho", disse.

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, em evento da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), também citou a PMS e a corrosão do poder de compra. "Nós discutimos muito sobre quais medidas poderiam ser feitas pelo setor de serviços de alimentação e bebidas. As vendas com cartão de crédito em restaurantes aumentaram e olhando a parte de serviços que saiu hoje (ontem), a gente vê uma recuperação nessa área", disse. (Colaborou Fernanda Fernandes)

Saque e troco por meio do Pix



FERNANDA FERNANDES

Lojas e estabelecimentos comerciais poderão, em um futuro breve, se tornar "agências bancárias" para permitir saques e dar troco em dinheiro aos clientes por meio do Pix. O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, afirmou ontem que os lojistas serão remunerados para oferecer as novas modalidades de transação. "Estamos no processo de pensar como isso vai trafegar e quais são os preços. Muito provavelmente, vamos começar numa situação em que o lojista recebe para fazer esse serviço", disse Campos Neto, durante evento promovido, ontem, pela Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel). Os novos serviços permitirão que qualquer comércio, por menor que seja, ofereça as opções de saque e troco em espécie, desde que tenha uma caixa registradora. O presidente do BC explica que as funções permitirão tanto o saque "puro", em dinheiro, como o pagamento de produtos com valor a mais, para receber o troco. "Se a pessoa comprou um item por R\$ 10 e precisa de R\$ 10 para ir a outro estabelecimento, ela poderá pagar R\$ 20", exemplificou o presidente do BC.

Segundo Campos Neto, as facilidades não só tornarão os saques mais acessíveis nas capitais e centro metropolitanos, como promoverão a inclusão, uma vez que os serviços de saque também serão disponibilizados em pequenos municípios sem agências bancárias. "Nessas localidades, a pessoa tem que sair, pegar uma van e ir para outra localidade (para sacar dinheiro). A gente entende que o Pix acabou gerando essa inclusão", disse. Aos comerciantes, o modelo também será interessante, pois diminuirá custos de transporte de numerário, além de gerar mais segurança, por não permanecer com muito dinheiro em caixa, disse o presidente do BC.

Para Étore Sanchez, economista-chefe da Ativa

Investimentos, a inclusão dos serviços de saque e troco em dinheiro pelo Pix é necessária e irá suprir o cenário cada vez mais escasso de agências bancárias. "O número de agências está diminuindo vertiginosamente no mundo. O processo de digitalização tem aumentado muito a produtividade, tanto da mão de obra, mas principalmente do capital em sua alocação", diz. Para Sanchez, os saques por Pix não serão concorrentes dos bancos, mas ampliarão o acesso da população ao dinheiro físico. "Irá aumentar a velocidade de circulação da moeda, o que tende a ser benéfico para o **PIB** brasileiro", reforçou.

Bruno Mansur, especialista em investimentos, explica que, além de aumentar a capilaridade de pontos de saque em território nacional, a iniciativa será muito positiva para startups financeiras digitais. "Irá aumentar a competitividade entre instituições financeiras menores e fintechs que não teriam acesso ao grande público", disse. Proprietário de uma lanchonete em Vicente Pires, o comerciante Eduardo de Franca, 43 anos, aprovou a novidade.

"A hipótese de saque nos estabelecimentos por meio do Pix possibilita ao estabelecimento potencializar a atividade comercial, pois é grande a probabilidade de uma "transação bancária" se consubstanciar também em uma transação comercial", afirmou.

Bolsonaro corta verba de prefeituras e cria voucher direto para creche privada

Thiago Resende e Bernardo Caram

A proposta do novo programa social do governo, o Auxílio Brasil, enviada pelo presidente Jair Bolsonaro, retira recursos destinados às prefeituras para a educação de crianças carentes. O mesmo projeto estabelece o pagamento de voucher diretamente para creches privadas.

O governo derrubou um dos pilares do Brasil Carinhoso, programa social criado em 2012 para garantir o acesso e a permanência de crianças na educação infantil.

O objetivo era complementar a política de transferência de renda a famílias pobres e extremamente pobres, o Bolsa Família.

O trecho revogado obrigava a União a repassar aos municípios uma ajuda financeira adicional para vagas em creches e desenvolvimento educacional de crianças de zero a dois anos de idade que sejam de famílias beneficiárias de programas sociais.

Por outro lado, na mesma proposta, que cria o Auxílio Brasil, Bolsonaro quer que sejam feitos repasses de dinheiro público diretamente para as creches credenciadas pelo governo, podendo inclusive ser do setor privado.

Bolsonaro criou o Auxílio Brasil de olho em 2022. Além de aumentar o gasto na área social, o objetivo é substituir o Bolsa Família, programa associado à gestão petista.

Pesquisas eleitorais apontam que o principal adversário do presidente na corrida eleitoral é Luiz Inácio Lula da Silva (PT) -com vantagem para o petista.

O Auxílio Brasil foi criado por medida provisória apresentada nesta semana ao Congresso. Uma medida provisória entra em vigor imediatamente, mas precisa do aval do Legislativo em 120 dias para não perder a validade.

A proposta não prevê valores para o voucher, chamado de Auxílio Criança Cidadã, e estabelece que o governo fará regulamentação do programa posteriormente. Caberá ao Ministério da Cidadania

definir as regras de implementação de acordo com a disponibilidade orçamentária.

O voucher será pago diretamente às creches habilitadas e poderá ser asado por beneficiários do Auxílio Brasil com filhos de até quatro anos. A medida não afeta o auxílio-creche ao qual trabalhadores do setor privado têm direito.

A concessão do benefício do programa social é condicionada à inexistência de vaga na rede pública ou em creche privada conveniada ao governo. A vaga só será disponibilizada se o responsável pela criança comprovar ampliação de renda por atividade remunerada ou vínculo formal de emprego.

A MP afirma que esse auxílio tem caráter complementar e não afasta a obrigação de o governo oferecer atendimento e expansão de creches na rede pública de ensino.

No Brasil Carinhoso, o governo federal repassa os recursos diretamente aos municípios. As transferências aos entes, que ultrapassaram R\$ 1 bilhão em 2014, em valor corrigido pela **inflação**, foram diminuindo ano a ano e somaram cerca de R\$ 8 milhões em 2020.

Agora, com a edição da MP, esses repasses serão extintos integralmente.

Procurado, o Ministério da Cidadania, responsável pelos programas sociais, não quis comentar o fim do mecanismo. A pasta também não respondeu se a medida foi adotada para compensar e viabilizar recursos para o voucher pago direto a creches, que, como reforçou a pasta, ainda será detalhado em regulamentação.

A Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação) diz que o corte na verba para as prefeituras é um retrocesso, pois as transferências estimulavam gestores municipais a abrirem creches em áreas mais pobres.

O presidente da Undime, Luiz Miguel Martins Garcia, afirma que a principal fonte de recursos para a educação infantil nos municípios é o Fundeb (fundo para a educação básica), que ganhará mais verba da União para os próximos anos.

No entanto, o dinheiro do Brasil Carinhoso é visto como um complemento importante por ser focado na população mais vulnerável, do Bolsa Família.

"São crianças que precisam de apoio complementar, até mesmo na alimentação. Esses repasses serviam como incentivo para ampliar a oferta de vagas e sobretudo construir novas creches nas áreas mais carentes", diz.

Na avaliação da presidente do conselho do Cenpec (Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária), Anna Helena Altenfelder, o mecanismo do voucher é ineficiente e acirra desigualdades. Segundo ela, o sistema é usado no Chile e não gera bons resultados.

"As famílias que conseguem complementar esse voucher colocam o filho nas melhores escolas, e quem não consegue acaba ficando com escolas de pior qualidade ou escolas públicas, que, por causa dessa política de vouchers, acabam não sendo foco das políticas necessárias e são de menor qualidade", afirma.

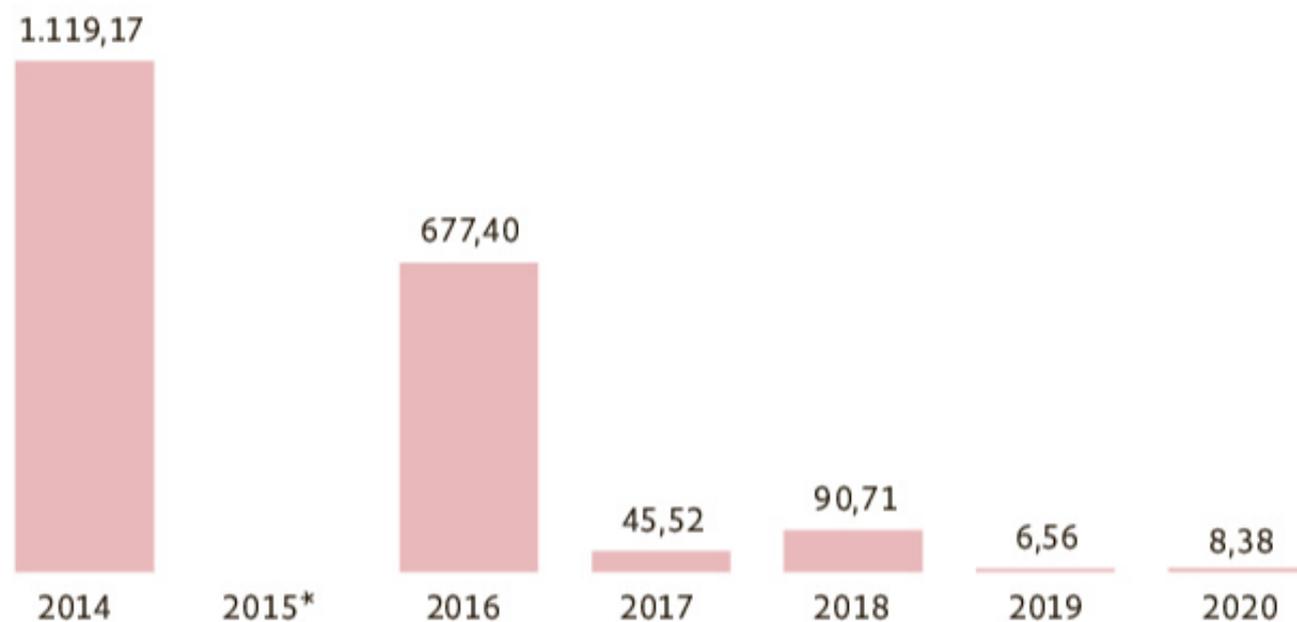
Para a professora, é errada a ideia de que o ensino privado sempre será melhor do que o público.

Ainda assim, ela afirma que, considerando a criação dos vouchers no Brasil, para evitar conflitos de interesse, esse tipo de vale deveria ser liberado apenas para estabelecimentos comunitários ou filantrópicos, sem fins lucrativos.

Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

Repasses do programa Brasil Carinhoso a municípios

Em R\$ milhões



*Dado não disponibilizado pelo FNDE

Fonte: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

Guedes diz que missões do FMI gostavam de vir ao Brasil para 'comer feijoada'

Thiago Resende

O ministro da Economia, Paulo Guedes, voltou a criticar nesta quinta (12) o FMI (Fundo Monetário Internacional) e as previsões da entidade, que chegou a estimar uma queda de mais de 9% no **PIB** do país no ano passado.

"Eu não dou muita bola para o FMI, não. Eu conheço o FMI desde que eu era jovem. Eles vinham aqui. Eles gostavam muito de goiabada, feijoada, futebol. Eles adoravam vir ao Brasil. E ficavam assinando acordos que nós nem cumprimos e eles também não estavam muito interessados se nós íamos cumprir ou não", afirmou o ministro.

Guedes participou de audiência pública na Câmara para tratar de recursos para garantir o acesso à internet por alunos e professores da rede pública de ensino.

Ele foi questionado sobre a declaração sobre o FMI e, então, repetiu a declaração.

"Quanto à feijoada do FMI, eu me referi à forma pouco séria de tratar os acordos. Eu não fiz acordo nenhum. Nunca. Acordo nenhum com o FMI. Eu era um economista jovem observando a falta de seriedade no cumprimento de acordos de parte a parte. Eram acordos antes mesmo do regime democrático, no do general Figueiredo", respondeu o ministro.

Ao lembrar desse período, Guedes disse que os acordos não eram cumpridos por causa dos dois lados. E reforçou: "O FMI gostava realmente da feijoada e da goiabada aqui, e dos jogos de futebol que eles vinham assistir no Brasil".

Na mesma audiência ele disse que governo não tem condições de pagar a conta de R\$ 90 bilhões de precatórios prevista para 2021, sob o risco de cometer um crime de responsabilidade fiscal. "Eu estouro toda a legislação de teto, eu estouro toda a legislação de responsabilidade fiscal, cometemos um crime de responsabilidade fiscal, o que inclusive já deu impeachment no Brasil."

Com Reuters

Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

Vacinação incentiva serviços, mas inflação é ameaça no semestre

Leonardo Vieceli

Com o avanço da vacinação contra a Covid-19, a economia tende a ser favorecida no segundo semestre pelo setor de serviços, que sinaliza melhora depois de amargar prejuízos em série na pandemia. A tentativa de retomada, entretanto, pode ser abalada por fatores como a escalada da **inflação**, apontam analistas.

O aumento dos preços é considerado um dos principais riscos para os próximos meses, já que diminui o poder de consumo das famílias e aperta margens de lucro das empresas.

Em junho, o volume do setor de serviços cresceu 1,7% ante maio, informou o IBGE nesta quinta (12). Com o resultado, o segmento pegou a contramão de outros dois indicadores calculados pelo instituto: a produção industrial e as vendas do comércio varejista.

No mesmo período, a produção das fábricas ficou estagnada, com variação nula (0%). Já o comércio amargou queda de 1,7% em junho.

"O segundo semestre deve ter como destaque o setor de serviços. Deve ser o vetor do crescimento", projeta a economista Marina Garrido, pesquisadora do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas).

"O maior risco agora é a **inflação**. Na pandemia, os preços subiram, mas serviços como restaurantes não conseguiram fazer o repasse."

Ao subir 1,7% em junho, o volume de serviços ficou 2,4% acima do patamar pré-crise, de fevereiro de 2020. Conforme o IBGE, o segmento também alcançou o nível mais elevado desde maio de 2016.

O desempenho, no entanto, tem sido puxado por atividades ligadas à área de tecnologia e que dependem menos do contato direto com clientes, apontou Rodrigo Lobo, gerente da pesquisa do IBGE.

Lobo sublinhou que os serviços prestados às famílias, incluindo alimentação e alojamento, vêm melhorando com o avanço da imunização, mas ainda estão 22,8% abaixo do patamar pré-pandemia. Em junho, esse ramo teve alta de 8,1% em relação a maio.

"O setor de serviços é o motor da economia em vários países, inclusive no Brasil. Parece estar retomando. O avanço de 1,7% não é a última bolacha do pacote, mas é encorajador. A volta gradativa, com a vacinação, é positiva", diz Alexandre Espírito Santo, economista da Orama Investimentos e professor do Ibmec-RJ.

Alex Agostini, economista-chefe da agência de risco Austin Rating, também ressalta que a imunização vem gerando alívio para serviços que foram bastante afetados pelas restrições na pandemia. "A vacinação tem trazido resultados positivos, tanto é que a PMS [Pesquisa Mensal de Serviços] surpreendeu."

Já a produção da indústria, diz Agostini, é freada pela escassez de insumos nas cadeias globais. Montadoras de veículos, por exemplo, paralisaram atividades no país devido à falta de chips. A normalização dos estoques na indústria deve ocorrer só em 2022, conforme o economista.

Na visão de Agostini, a **inflação** em alta pode ser considerada o principal **desafio** para a retomada econômica a "curtíssimo prazo", já que atinge diretamente o bolso do consumidor. Nesse sentido, ele lembra que os preços em alta impactam o varejo, cujas vendas caíram 1,7% em junho.

A escalada da **inflação** nos últimos meses tem sido puxada pela energia elétrica, que ficou mais cara em razão da crise hídrica. A escassez de chuva derruba o nível de reservatórios de usinas hidrelétricas, forçando o acionamento de térmicas, que envolvem custos maiores. O reflexo é a conta de luz mais alta na casa dos consumidores e nas empresas.

A melhora de serviços pode até gerar pressão adicional para a **inflação**, segundo economistas. A dúvida é o tamanho do repasse para os preços finais no momento em que o setor tenta confirmar recuperação.

"O desemprego também atrapalha serviços, mas não tanto quanto o comércio. É que as pessoas que consomem mais serviços têm renda mais alta e não sofreram tanto na pandemia", diz a economista Marina Garrido, do FGV Ibre.

Em relatório, o Banco Original afirmou que o

desempenho de serviços "ajuda a explicar parte da perda de tração observada nos dados de varejo". Segundo o banco, "o dinheiro que antes estava sendo canalizado exclusivamente para o consumo de bens (durante os meses de fechamento das atividades econômicas) agora volta a ser dividido com o consumo de serviços".

"Olhando para a frente, continuamos esperando resultados sólidos do setor de serviços, que ainda deve se beneficiar do avanço da vacinação no país, do ganho de confiança dos agentes e da poupança circunstancial feita pelas famílias mais ricas durante a pandemia e que ainda parece longe de ter sido gasta em sua totalidade", diz o relatório.

Após quatro meses de parada, Chevrolet Onix volta a ser produzido

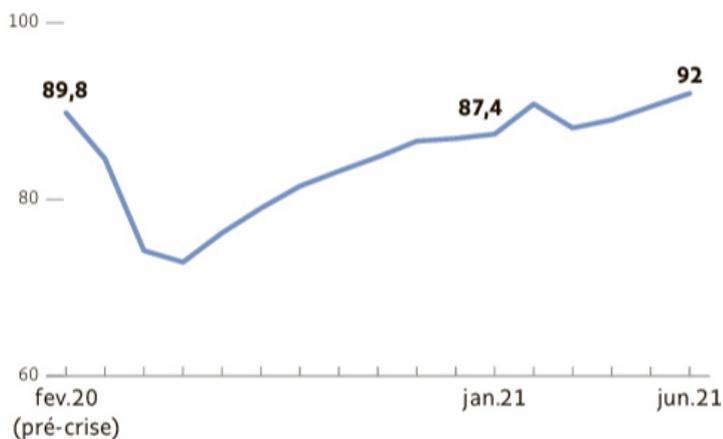
Após um longo período com a produção interrompida devido à escassez de semicondutores, a General Motors anunciou nesta quinta (12) que voltará a fabricar o compacto Chevrolet Onix em Gravataí (RS). A partir de segunda (16), a linha de montagem irá operar um turno. Os carros serão modelo 2022. Os problemas começaram em fevereiro, com interrupções pontuais. As últimas unidades foram produzidas em abril.

A GM é a montadora mais afetada por problemas de produção. O Onix aparece na 35ª colocação no ranking de vendas em julho, algo inusitado para o modelo mais emplacado entre 2015 e 2020.

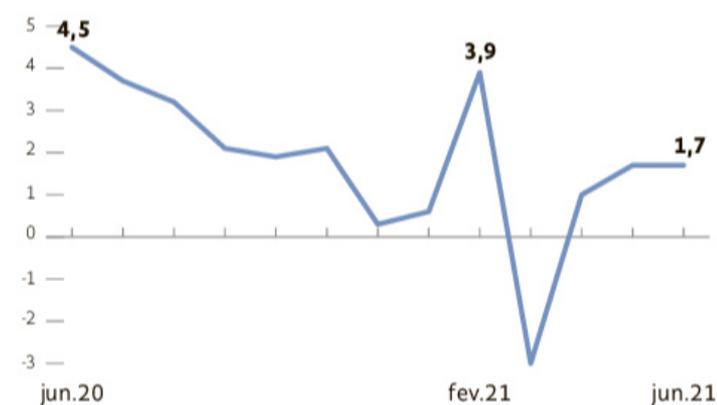
Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

Setor de serviços na pandemia

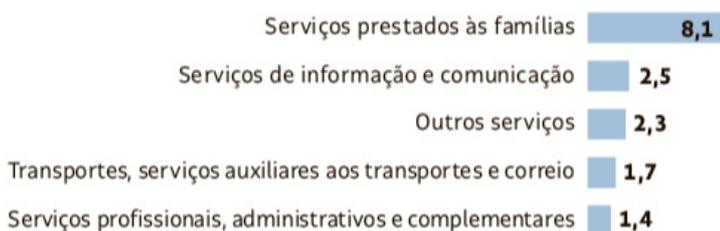
Evolução, em pontos
Base = 100



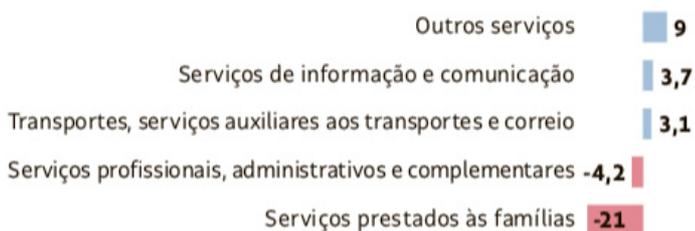
Variação do volume ante o mês anterior, em %



Desempenho por atividades
Em jun.21, frente ao mês anterior, em %



Acumulado de 12 meses
Em %



Fonte: IBGE

A erosão do orçamento familiar (Editorial)

Ante o desemprego elevado, **inflação**, alta de juros e redução da massa salarial, as famílias encontram cada vez mais dificuldades para fechar as contas e honrar compromissos. Segundo a Confederação Nacional do Comércio, as parcelas de famílias endividadas, com dívidas ou contas em atraso e inadimplentes aumentaram pelo terceiro mês consecutivo.

Em julho, o percentual de famílias endividadas alcançou 71,4%, alta de 1,7 ponto em relação a junho. Na comparação com julho de 2020, a alta foi de 4 pontos. O percentual de famílias com dívidas ou contas em atraso alcançou 25,6%, alta de 0,7% em relação a junho.

A inadimplência também aumentou, de 28,1% para 28,7%.

O endividamento já havia crescido no ano passado, mas o cenário era menos preocupante, por causa das políticas de estímulo ao crédito que aumentaram a oferta de financiamentos a custos razoáveis. Agora, "os juros vão subir e as famílias que já estão endividadas terão opções de crédito ainda mais caras, o que pode comprometer a retomada do consumo no ano que vem", avaliou Sérgio Vale, economista-chefe da MB Associados.

Oportunamente, em julho entrou em vigor a Lei do Superendividamento, definido como a impossibilidade manifesta do consumidor de pagar, de boa-fé, as suas dívidas de consumo sem comprometer seu mínimo existencial.

Segundo a Serasa, cerca de 30 milhões de brasileiros estão nessa situação. A lei prevê programas de educação financeira e disciplina de crédito do consumidor, além de novos procedimentos de conciliação entre credores e devedores.

Para que a lei cumpra seu objetivo de incentivar o consumo consciente, o protagonismo do Judiciário será fundamental, seja calibrando os critérios do superendividamento (como o "mínimo existencial"), para não estimular a inadimplência e beneficiar injustamente pessoas que não deveriam ser consideradas superendividadas, seja incentivando a conciliação extrajudicial, a fim de evitar demandas judiciais onerosas tanto para as partes como para o próprio poder público.

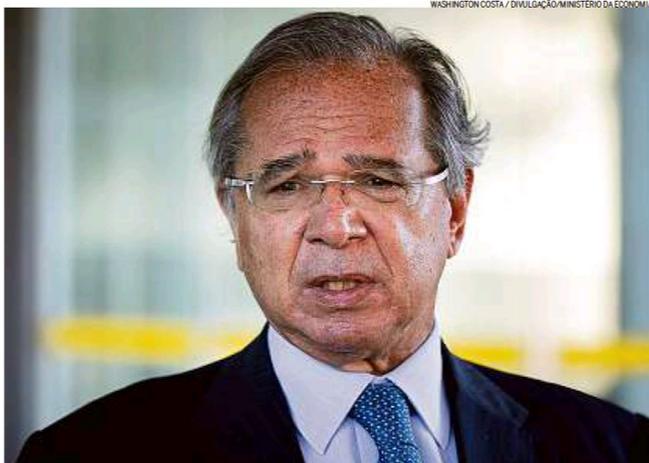
No médio prazo, a nova legislação deve contribuir para dar mais estabilidade às relações de consumo. Mas

seu efeito preventivo ou paliativo sobre os sintomas não ataca a raiz do problema.

Sem perspectivas de melhora no emprego, o aumento nos preços deve continuar pressionando o nível de endividamento nos próximos meses, freando ainda mais a retomada da economia.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Guedes diz que se pagar R\$ 90 bi de precatórios cometerá crime fiscal



WASHINGTON COSTA / DIVULGAÇÃO/MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Responsabilidade fiscal. Guedes diz que não tem como pagar dívidas judiciais em 2022 sem estourar o teto de gastos

MANOEL VENTURA

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem que o governo não tem condições de pagar a conta de R\$ 89,1 bilhões em precatórios (despesas decorrentes de decisões judiciais de que não pode recorrer) prevista para o próximo ano, sob o risco de cometer um crime de responsabilidade fiscal.

- Não tenho como pagar os R\$ 90 bilhões de precatórios esse ano, não tenho como pagar. Senão eu estouro toda a legislação de teto (de gastos), eu estouro toda a legislação de responsabilidade fiscal, nós cometemos um crime de responsabilidade fiscal, o que inclusive já deu impeachment no Brasil - afirmou o ministro em audiência na Comissão de Educação da Câmara.

O governo enviou ao Congresso uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para parcelar o pagamento dos maiores precatórios, acima de R\$ 455 mil, e abrir um espaço de R\$ 33,5 bilhões no Orçamento de 2022.

"DESCREDENCIEI A MISSÃO"

O ministro também criticou o FMI, dizendo que o órgão fez uma "lambança" no ano passado ao prever que a economia brasileira teria uma queda de 9,1%. O país teve retração de 4,1%.

-O FMI fez uma lambança -afirmou, acrescentando: - O FMI veio ao Brasil. E eu descredenciei a missão.

Guedes disse conhecer os técnicos da organização há muito tempo e que eles gostavam de vir ao Brasil para "comer feijoada e goiabada", enquanto propunham acordos que o país não cumpria.

- Eu não dou muita bola para o FMI, não. Eu conheço o FMI desde que eu era jovem. Eles vinham aqui. Eles gostavam muito de goiabada, feijoada, futebol. Eles adoravam vir ao Brasil. E ficavam assinando acordos que nós nem cumprimos e eles também não estavam muito interessados se nós íamos cumprir ou não - afirmou o ministro.

Perguntado mais uma vez sobre o órgão, ele repetiu a declaração:

- Quanto à feijoada do FMI, eu me referi à forma pouco séria de tratar os acordos. Eu não fiz acordo nenhum. Nunca. Acordo nenhum com o FMI. Eu era um economista jovem observando a falta de seriedade no cumprimento de acordos de parte a parte. Eram acordos antes mesmo do regime democrático, no do general Figueiredo (João Figueiredo, último presidente da ditadura militar).

Ao lembrar desse período, Guedes disse que os acordos não eram cumpridos por causa dos dois lados, tanto do FMI quanto do Brasil das décadas de 1980 e 1990:

- O FMI gostava realmente da feijoada e da goiabada daqui, e dos jogos de futebol que eles vinham assistir no Brasil.

O tema principal da audiência do ministro na comissão foi a polêmica em torno da lei aprovada pelo Congresso determinando que a União transfira para os estados e o Distrito Federal R\$ 3,5 bilhões para garantir o acesso à internet por alunos e professores. O presidente Jair Bolsonaro vetou a lei, mas o veto foi derrubado pelo Congresso. O governo, então, recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra a legislação.

O argumento do governo é que a obrigação de transferir recursos não veio acompanhada de previsão de receita ou corte de despesa, como determina a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

DINHEIRO DA PANDEMIA

O ministro disse que o governo federal transferiu R\$ 50 bilhões livres para estados por conta da pandemia e que esse dinheiro poderia ser usado para equipar escolas e entregar computadores para alunos e professores.

- Por que nós recusaríamos R\$ 3,5 bilhões se demos quase 8,5% do **PIB** para o enfrentamento da pandemia? Ora, os governadores e os prefeitos deveriam responder porque receberam esses recursos e não usaram para a ajuda da educação nesse período -disse

E também citou um possível crime de responsabilidade se a lei fosse sancionada.

- As razões (para o veto presidencial) foram técnico-jurídicas, nunca foi questão de mérito. Existem requisitos de lei orçamentária, não podemos cometer um crime de responsabilidade fiscal. Não é uma escolha pessoal. Fizeram um requisito de recursos de uma forma irregular, que eu não posso conceder - disse.

O ministro ainda criticou o fato de os valores não terem sido solicitados no ano passado, mas apenas neste ano. Segundo ele, o Congresso poderia ter garantido os recursos na definição do Orçamento de 2021. Sugeriu que os parlamentares poderiam ter destinado os recursos via emendas ou mesmo tirando "dinheiros de subsídios para dar para a Educação".

- Por que o Congresso não colocou a internet nas escolas no Orçamento de 2021? Os parlamentares têm emendas de bancada, individuais e de relator. Se educação é tão importante, por que não fizeram emendas? Emendas estão sendo colocadas em outros lugares que eu sei -afirmou.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Risco fiscal preocupa o mercado, diz Campos Neto



Mercado atento. Presidente do BC, Roberto Campos Neto, diz que país tem dívida muito elevada, o que preocupa

GABRIEL SHINOHARA

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, afirmou ontem que as discussões sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Precatórios e a reformulação do Bolsa Família têm gerado ruído no mercado financeiro. Os investidores estão atentos a possíveis efeitos na situação fiscal do país.

-O Brasil tem uma dívida muito elevada e você vê a sensibilidade do mercado a qualquer notícia que possa afetar a trajetória fiscal. Recentemente isso ficou claro. As notícias sobre os precatórios e o Bolsa Família, o novo programa para atender os mais pobres, também estão gerando muito ruído sobre se vão implicar uma trajetória pior da dívida ou não-disse o presidente do BC em um evento de um banco estrangeiro.

Os precatórios são dívidas decorrentes de decisões judiciais contra o governo que já chegaram na última instância e precisam ser pagas. A proposta do governo é de parcelar o pagamento dos maiores valores, acima de R\$ 455 mil e abrir um espaço de R\$ 33,5 bilhões no Orçamento de 2022.

Relatório da XP Investimentos aponta que uma política fiscal mais expansionista poderia levar o BC a subir a taxa de juros para 9,5% até o primeiro semestre de 2022. A projeção maior leva em conta mais espaço no Orçamento com a PEC dos Precatórios e perda de receitas na ordem de R\$ 30 bilhões na reforma do Imposto de Renda.

MAIS GASTO, MAIS JUROS

Desde o início da pandemia, o BC vem alertando sobre o risco fiscal nas últimas atas das reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom) quando os juros subiram do piso de 2% ao ano para 5,25%. O alerta é que, caso o governo decida gastar mais e deixar o compromisso com ajustes e reformas de lado, os juros poderiam aumentar além do inicialmente necessário.

Essas discussões causam insegurança quanto ao compromisso do governo com a responsabilidade fiscal e tem efeitos diretos e indiretos na **inflação**. Com uma situação fiscal ruim, os investidores tendem a tirar recursos do país, o dólar se valoriza, o que afeta diretamente os preços, principalmente de alimentos que são cotados internacionalmente, como soja e milho.

O economista-chefe da Ativa Investimentos, Etere Sanchez, explica que a política fiscal e a monetária precisam ir no mesmo sentido. Ele vê o governo abrindo espaço para a ampliação do programa social e o BC sendo obrigado a aumentar juros e tirar estímulos.

- No curtíssimo prazo, já vai fazer com que o BC amplie a restrição monetária, reduza o estímulo e passe ao campo contracionista. De fato, o governo vai colocar com uma mão e o BC vai tirar com a outra-disse Sanchez.

O professor da FGV-SP e coordenador do programa de governo de Ciro Gomes em 2018, Nelson Marconi entende que a política fiscal e a monetária devem andar juntas.

- São dois entes dentro do governo falando coisas diferentes -apontou.

O professor de economia do Insper, Marcos Mendes, apontou que a decisão de propor o parcelamento dos precatórios foi uma escolha. No lugar disso, o governo poderia deixar de colocar R\$ 20 bilhões como emendas de relator no Orçamento ou revisar outros programas sociais para expandir o Bolsa Família.

-Claro que o BC sabe que os agentes econômicos ficam mais inseguros e isso efetivamente afeta a

expectativa de **inflação**. Afeta a expectativa de saída de capital, portanto desvaloriza o real e impacta a **inflação**. O Banco Central reage a essa maior incerteza fiscal com uma dose maior de juros.

Na ata da última reunião do Copom divulgada terça-feira sinalizou que os juros devem ir para um patamar considerado contracionista, ou seja, que desestimula a economia.

INFLAÇÃO EM ALTA

Os juros subiram rapidamente este ano. Em janeiro, a Selic estava em 2%, menor patamar da História. Em sete meses e depois de vários choques na **inflação**, com alta de preços de alimentos, combustíveis e agora dos serviços, além do risco fiscal, os juros devem chegar a patamares de 2017, em 7,25% ao ano, de acordo com as expectativas de mercado reunidas na pesquisa Focus.

Para a economista-chefe da Veedha Investimentos, Camila Abdelmalack, a política fiscal e a monetária precisam de equilíbrio:

- Se a gente conseguir resolver esses problemas sem mexer no Orçamento e respeitando as atuais regras fiscais, não há necessidade de uma Selic muito além de 7%. Mas se elevar o risco fiscal, isso vai exigir uma taxa de juros maior.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Serviços reagem pelo 3º mês e mantêm perspectivas para o PIB no 2º trimestre

Hugo Passarelli e Lucianne Carneiro

Os serviços mantiveram a rota de recuperação em junho e avançaram pelo terceiro mês consecutivo. O resultado ajudou a consolidar a perspectiva de crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) no segundo trimestre, apesar do fraco desempenho da indústria e do varejo no fim do semestre. Para analistas, o consumo das famílias agora se desloca de bens para serviços conforme o momento mais agudo da pandemia fica para trás.

De maio a junho, o setor subiu 1,7%, feitos os ajustes sazonais, segundo a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), do IBGE, que também reviu para cima a expansão de abril e maio, para 1% e 1,7%, respectivamente. Com isso, os serviços tiveram ganho de 2% no segundo trimestre de 2021 ante os três meses anteriores, a quarta taxa trimestral positiva.

A alta foi disseminada entre os 166 tipos de serviços que compõem o levantamento e atingiu índice de difusão de 83,1%, o maior nível de toda a série histórica, iniciada em janeiro de 2012.

O destaque ficou com serviços prestados às famílias, que aumentaram 8,1% e acumulam alta de 40,3% em três meses. Ainda assim, o grupo, que reúne serviços de caráter mais presencial, como alojamento, alimentação e cabeleireiro, está 22,8% abaixo de fevereiro de 2020, antes da pandemia.

A retomada tem sido marcada pela desigualdade de velocidade entre os serviços. Tecnologia da informação e comunicação, por exemplo, supera em quase 10% o nível pré-crise. "O setor de serviços é diferente daquele de fevereiro de 2020. E traz com isso aumento da desigualdade por causa do caráter pouco multiplicador das empresas que têm conferido o aumento de receita. São empresas com mais concentração de capital, que não tem efeito multiplicador tão visível no restante da economia", afirma Rodrigo Lobo, gerente da pesquisa.

A economista Luana Miranda, da GAP Asset, manteve a projeção de alta de 0,2% do **PIB** no segundo trimestre ante os três anteriores. Para o ano, a GAP Asset estima avanço de 5,5% do **PIB**. "A defasagem está mais concentrada nos serviços prestados às famílias e a retomada deve se intensificar nos

próximos três a quatro meses com avanço da vacinação e flexibilização da mobilidade. Como é uma categoria que pesa muito no **PIB**, deve ajudar na recuperação a partir de agora", diz.

A Tendências Consultoria, que vê variação de 0,1% do **PIB** no segundo trimestre, estima que, ante os três primeiros meses do ano, os serviços devem ter expansão de 1,5%, enquanto agropecuária terá queda de 4,6% e a indústria, recuo de 2,6%. "É uma questão da velocidade da recuperação. Outros setores já se recuperaram, como a indústria, e perderam dinamismo, enquanto os serviços ainda estavam bastante penalizados. Agora, com o avanço da vacinação, tendem a crescer mais", diz Andressa Guerrero, economista da consultoria. Para 2021, a estimativa é de uma expansão de 5% do **PIB**.

O índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), que será divulgado hoje, também deve confirmar o impulso vindo do setor terciário. A mediana do Valor Data aponta para alta de 0,5% do indicador ante maio.

"A recuperação dos serviços prestados às famílias tem desempenhado um papel importante desde abril, na esteira do afrouxamento das restrições de mobilidade e da nova rodada de transferências emergenciais de dinheiro", diz Rodolfo Margato, da XP Investimentos. Os serviços de alojamento e alimentação, ele pontua, subiram 8,5% de maio para junho, o que levou a um salto de 3,9% no segundo trimestre versus três meses antes.

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) elevou ontem a projeção de crescimento dos serviços em 2021, de 5,1% para 5,8%. "A expectativa para os próximos meses segue favorável à medida em que os efeitos positivos da vacinação da população sobre a atividade econômica tendem a ficar mais evidentes", diz Fabio Bentes, economista-sênior da CNC.

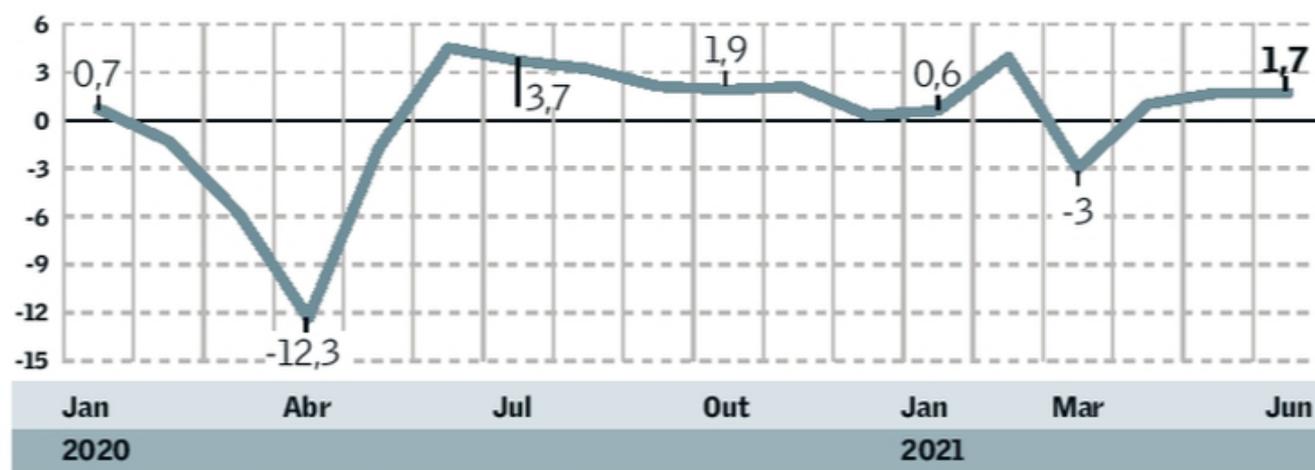
Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186978?page=1§ion=1

A volta dos serviços

Retomada do setor avança com vacinação

■ Veja a variação mensal dos serviços - em %



22,8% é o que falta para os serviços prestados às famílias retornarem ao nível pré-crise

8,1% foi a alta dos serviços prestados às famílias entre maio e junho

9,8% é o crescimento acumulado dos serviços de informações e comunicação ante fevereiro de 2020

Fonte: IBGE

Itaú ajusta PIB de 2021 e reduz 2022 a 1,5%

Anais Fernandes

Prevendo já algum impacto das restrições de oferta na atividade, o Itaú Unibanco ajustou sua projeção de crescimento para o Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro neste ano de 5,8% para 5,7%. A revisão foi mais forte, porém, em relação a 2022, que passou de 2% para 1,5%, em meio a juros mais altos, política fiscal contracionista, desaceleração externa e esgotamento de fatores que impulsionam este ano. Os riscos à disciplina fiscal também aumentaram, aponta a equipe liderada por Mario Mesquita.

O banco ainda espera crescimento expressivo do **PIB** no terceiro trimestre de 2021, mas a previsão passou de 1,2% para 0,9%, sobre abril a junho, para quando é previsto avanço de 0,2%. "A principal contribuição positiva no terceiro trimestre virá dos setores de serviços altamente sensíveis à mobilidade social, que vêm se recuperando. Por outro lado, a produção industrial tem crescido menos do que esperávamos devido à falta de insumos, o que gera restrições do lado da oferta, principalmente na indústria automobilística", afirmam os economistas em relatório.

Para o Itaú, o avanço da vacinação deve permitir um retorno à normalidade econômica no quarto trimestre de 2021, com toda a população acima de 18 anos tendo a primeira dose aplicada ainda em setembro. O principal risco adiante, segundo o banco, é o surgimento de variantes que afetem a eficácia das vacinas no Brasil, particularmente a delta.

Já a revisão para 2022 decorreu, principalmente, da expectativa de juros mais elevados, o que deve levar a política monetária a ser restritiva para a atividade no ano que vem, dizem. "Além disso, acreditamos que a política fiscal será também contracionista, mesmo levando em conta o novo programa de transferência de renda, pois o gasto público primário total deve recuar para nível próximo ao observado em 2019 em termos reais."

O Itaú prevê ainda desaceleração do setor industrial global e queda de preços de commodities em 2022. "Por último, no próximo ano a atividade econômica não se beneficiará mais do impulso advindo da reabertura do setor de serviços, algo que, em nossa visão, ficará restrito ao segundo semestre deste ano."

Com um crescimento próximo do potencial em 2022, o Itaú não vê espaço suficiente para quedas relevantes na taxa de desemprego, que deve se manter em 12%

ao fim deste e do próximo ano.

O Itaú manteve as estimativas para a **inflação** em 6,9% em 2021 - com pico em 12 meses de 9,3% em agosto - e 3,9% em 2022. As metas são de 3,75% e 3,5%, respectivamente. O Itaú também manteve a previsão de Selic em 7,5% no fim de 2021 e 2022, com um câmbio, pela ordem, a R\$ 4,75, "a despeito da volatilidade recente", e R\$ 5,10.

O Itaú reconhece, no entanto, que os riscos para o seu cenário de apreciação cambial aumentaram. Um deles está relacionado às perspectivas para as contas públicas nos próximos anos. "Caso haja uma deterioração fiscal significativa que resulte numa saída mais forte de capitais (com eventual fuga de capitais de brasileiros), o real deve se depreciar", afirmam.

Segundo o Itaú, o cenário fiscal brasileiro combina melhora quantitativa com uma potencialmente importante piora qualitativa. O banco revisou a estimativa de déficit primário de 1,8% do **PIB** (R\$ 152 bilhões) para 1,4% (R\$ 124 bilhões) em 2021, mantendo em 0,7% (R\$ 70 bilhões) em 2022. A previsão é que a dívida pública alcance 80,9% do **PIB** em 2021 e 81,1% em 2022, vindo de 88,8% em 2020.

Apesar dos números projetados melhores, o Itaú diz acreditar que os riscos em torno da manutenção da disciplina fiscal estão aumentando e, se materializados, trariam efeitos negativos para a economia. "Com esse quadro, estamos sujeitos a uma dívida pública maior e ao risco de alta mais intensa de juros e baixo crescimento", afirmam.

Em entrevista ao Valor nesta semana, a economista-chefe do Credit Suisse, Solange Srouf, já tinha alertado que aperto monetário e a aversão a risco maiores, em meio à incerteza fiscal e política, devem deteriorar as condições financeiras e reduzir o crescimento da economia em 2022, que passou, pelos seus modelos, de 2,5% para 2%.

Ontem, o Santander também divulgou revisão de cenário. As projeções de déficit primário melhoraram de 1,9% do **PIB** em 2021 para 1,6%, enquanto o rombo de 2022 encolheu de 1,7% do **PIB** para 1,2%. "Ainda assim, acreditamos que os riscos fiscais ressurgiram recentemente", escreve a equipe chefiada por Ana Paula Vescovi. A dívida pública encerraria em 81,6% do **PIB** neste ano e 83,5% no próximo.

As projeções de **PIB** em 2021 e 2022 foram mantidas

em 5,1% e 2%, pela ordem, mas as de inflação subiram para 7,3% e 4,1%.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186978?page=1§ion=1

Avanço da delta muda panorama da pandemia - HUMBERTO SACCOMANDI

HUMBERTO SACCOMANDI

A variante eleita alterou o panorama na pandemia de covid-19. Há um aumento de casos pelo mundo, ainda que seguido, por enquanto, de uma alta menor de hospitalizações e mortes. Ásia e África estão sendo mais duramente atingidas. Muitos países adotaram ou retomaram restrições. A recuperação econômica está perdendo ritmo, especialmente na Ásia. Em resumo: as perspectivas pioraram nos últimos dois meses. Ainda não está claro qual será a intensidade dessa nova onda nem quanto ela vai durar, mas os riscos são grandes.

Do ponto de vista de saúde, a delta, detectada inicialmente na Índia, é muito preocupante. Estudos indicam que ela é mais transmissível que o vírus original da covid-19, mas não está claro se causa uma infecção mais severa.

O número de casos de covid-19 no mundo, que vinha em queda desde o pico de abril, voltou a subir em julho. Em alguns países da Ásia e no Reino Unido, essa alta começou antes.

As curvas de hospitalização e de mortes, porém, não estão acompanhando o aumento do número de casos, o que indica que a vacinação está protegendo a população de casos mais graves. Países menos atingidos em ondas anteriores e/ou que têm vacinação baixa são os mais afetados agora. Isso pega boa parte da Ásia e da África. Dados africanos são pouco confiáveis, devido à pouca testagem, mas os relatos são de sistemas de saúde bastante sobrecarregados.

Mas a delta avança também em regiões com vacinação elevada, como nos países ricos do Ocidente. Nesse caso, há duas causas mais prováveis.

A primeira é que a penetração da delta ocorre principalmente entre os não vacinados. É o que está acontecendo, por exemplo, nos EUA. Apesar de a média nacional americana ser elevada, Estados do Sul têm índice baixo de vacinação. A maioria, aliás, têm percentual menor que o do Brasil de pessoas que tomaram ao menos uma dose. Essa é a explicação preferida do governo Joe Biden, pois joga a culpa principalmente nos republicanos que rejeitam a vacina.

Isso, porém, não explica porque a delta está avançando em países como Israel, onde mais de 80% da população foi totalmente vacinada com o imunizante da Pfizer/BioNTech. Nesses casos, parece haver uma eficácia menor das vacinas (ou de algumas delas). Elas podem ser menos eficazes contra a variante delta (como alguns estudos já sugeriram) ou então estarem perdendo a eficácia com o passar do tempo (como outros estudos também estão sugerindo).

Por isso, alguns países, como Israel e Chile, já estão aplicando uma terceira dose, de reforço. EUA e Europa devem começar em breve. A Organização Mundial da Saúde (OMS) alerta que essa terceira dose em países mais ricos reduzirá ainda mais a disponibilidade de vacinas para os países mais pobres, o que, por sua vez, atrasará mais a imunização e aumentará o risco de surgirem novas variantes.

O Brasil é um dos poucos países onde a variante delta ainda não é predominante. Alguns especialistas dizem que ela pode estar tendo dificuldade para desalojar a principal variante local, a antiga P.1, que hoje é chamada de gama pela OMS. Mas é possível também que o Brasil esteja só um pouco atrasado em relação ao resto do mundo, como já ocorreu no início da pandemia.

Do ponto de vista econômico, esse cenário da variante delta é igualmente preocupante. O mundo vinha numa recuperação relativamente forte no segundo trimestre, cujos dados estão começando a sair. O Reino Unido, por exemplo, divulgou ontem que seu **PIB** cresceu 4,8% (no trimestre) nesse período. Com a reabertura gradual da maioria das economias a partir de junho, a perspectiva era de melhora também neste segundo semestre.

Mas a eleita está causando uma reversão dessas expectativas. Muitos países, como na Ásia, estão tendo de adotar medidas de restrição e "lockdowns" inéditos para tentar conter a epidemia. A Austrália colocou a sua capital, Camberra, de "lockdown" desde ontem à noite. A Malásia está de "lockdown" desde o começo de junho. Outros países estão revendo a reabertura de suas economias, com a retomada de restrições. Israel, por exemplo, já cogita até um novo "lockdown".

E-mail humberto.saccomandi@valor.com.br

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186978?page=1§ion=1

O pior cenário para a economia mundial seria uma disseminação forte da covid-19 na China. O número de casos no país aumentou (foram 81 ontem) e o surto atual está bem mais difuso pelo país. Mas, por ora, o governo chinês têm conseguido manter a variante delta sob relativo controle. Esse controle, porém, exige medidas duras de isolamento e restrições de mobilidade e atividade, que afetam a economia. Ontem, um terminal no terceiro maior porto da China, em Ningbo, foi fechado por causa de um caso de covid. O mesmo já ocorreu em outros portos. Isso está gerando gargalos e agravando a escassez de certos insumos pelo mundo.

O impacto econômico fora da Ásia por enquanto vem sendo moderado. A OCDE, porém, em seu Indicador Antecedente Composto desta semana, aponta para tendência de desaceleração do crescimento em quase todos os países ricos e também nos principais emergentes neste segundo semestre.

Dados de alta frequência divulgados nesta semana já detectaram uma piora na atividade no setor de serviços tanto nos EUA como na China, com diminuição de ida a restaurantes, de passageiros em voos e de reservas de viagens.

Para tentar atenuar esse efeito sobre a demanda e evitar novas restrições, os países da UE estão cada vez mais exigindo prova de vacinação para que as pessoas possam frequentar locais públicos, como restaurantes, bares e museus. Ontem, São Francisco foi a primeira cidade americana a adotar essa regra.

Devido à alta de casos com a delta, empresas e governos estão também mudando de política e cada vez mais forçando seus funcionários a se vacinarem.

Para o Brasil, qualquer piora no cenário externo será sentida aqui. Uma queda na demanda global pode afetar os atuais preços altos das commodities, especialmente de energia e metais. Ontem a Agência Internacional de Energia (AIE) rebaixou a sua projeção de demanda por petróleo neste semestre. O motivo alegado é a desaceleração econômica que a variante delta está causando pelo mundo. O preço do petróleo nos EUA já caiu 6,6% neste mês.

É em meio a esse cenário que vários governos estaduais no Brasil estão pensando em reabrir totalmente as atividades nos próximos meses. EUA e Europa fizeram isso em junho e agora enfrentam uma nova onda da pandemia.

Humberto Saccomandi é editor de Internacional. Escreve mensalmente às sextas-feiras

Delta faz AIE reduzir projeção de demanda por petróleo

Grant Smith

A Agência Internacional de Energia (AIE) reduziu "drasticamente" suas estimativas sobre a demanda mundial de petróleo para o resto deste ano, já que o ressurgimento da pandemia atinge os principais consumidores, e previu um novo excedente em 2022.

É uma inversão marcante para a agência, com sede em Paris, que há um mês insistia com a Organização dos Países Exportadores de Petróleo e seus aliados (Opep+) para produzir mais ou correr o risco de um forte aumento nos preços que seria desastroso. O cartel do petróleo atendeu aos apelos para elevar a oferta, que começa a chegar ao mercado justo agora que o consumo baixou.

A análise também se choca com o apelo feito na quarta-feira pelos EUA - o membro mais influente da AIE - para que os países da Opep+ aumentem a produção mais rapidamente.

"O aumento imediato da Opep+ colide com o crescimento mais lento da demanda e com uma produção maior de países fora da aliança, o que acaba com as persistentes alusões a uma escassez da oferta de curto prazo ou superciclo", avalia a AIE.

Os preços do petróleo recuaram 6% neste mês, com a variante delta do coronavírus, altamente contagiosa, levando a novos "lock-clowns" na China e em outros importantes países consumidores da Ásia onde o ritmo de vacinação ainda é lento. Ontem, o petróleo tipo Brent caiu 0,2%, para US\$ 71,31 o barril, sendo que no início de julho estava perto de US\$ 78, seu nível mais alto em dois anos.

Segundo a AIE, a "recente alta [dos preços do petróleo] perdeu força por causa dos temores de que um aumento no número de casos de covid-19 da variante delta poderia prejudicar a recuperação justo quando mais barris chegassem ao mercado".

A aliança dos 23 países da Opep+, liderada pela Arábia Saudita e pela Rússia, acertou no mês passado um roteiro para restaurar o restante da oferta de petróleo que foi reduzida no começo da pandemia. Mas os barris adicionais começam a ser escoados em um momento desfavorável.

A demanda mundial de petróleo, segundo a AIE, "reverteu seu curso de forma abrupta" no mês passado e caiu ligeiramente, depois de chegar a subir 3,8 milhões de barris por dia em junho. A agência reduziu as estimativas de consumo no segundo semestre do ano em 550 mil barris por dia.

Ainda assim, a AIE estima que o uso de combustível em todo o mundo continuará a crescer conforme a recuperação econômica mundial ganha força, e atingirá uma média de 98,9 milhões de barris por dia no quarto trimestre.

A recuperação alcançada até o momento já tem efeitos colaterais indesejados. Os motoristas americanos, por exemplo, se defrontam com a gasolina a US\$ 3 o galão e os temores sobre a **inflação**.

A Opep, que também divulgou ontem seu relatório mensal, disse que a "perspectiva precária" exige "esforços determinados" de seus membros e produtores aliados.

A AIE e a Opep elevaram substancialmente suas previsões de oferta de países fora do cartel em 2022, com os EUA e outros produtores se recuperando da queda nos investimentos provocada pela pandemia. As duas organizações aumentaram suas projeções de produção de países que não integram a Opep em 1,1 milhão de barris por dia para o ano que vem.

O resultado, segundo o relatório da AIE, é que a Opep já produz o volume de petróleo necessário em 2022. Com 26,7 milhões de barris por dia em julho, prosseguir com os planos para restaurar o restante da produção provavelmente empurrará o mercado de volta para uma situação de excesso de oferta.

"A balança pode voltar a pender para um excedente em 2022 se a Opep+ continuar a reverter seus cortes e os produtores que não participam do acordo aumentarem sua oferta em resposta aos preços mais altos", diz a AIE.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186978?page=1§ion=1

Risco político pressiona ativo local

Marcelo Osakabe, Gabriel Roca e Felipe Saturnino De São Paulo

A cautela em relação ao cenário político doméstico deu mais uma vez a tônica dos negócios no pregão de ontem. A indecisão a respeito de temas como a votação do projeto de **reforma tributária** - que acabou adiada - diminuiu o apetite pelo ativo local, fazendo o Ibovespa amargar sua terceira queda consecutiva e o dólar subir novamente.

A moeda americana fechou em alta de 0,66%, a R\$ 5,2564, enquanto o Ibovespa caiu 1,11%, aos 120.700,98 pontos. No mercado de juros futuros, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2022 passou de 6,52% para 6,58%, enquanto a do DI para janeiro de 2027 escalava de 9,48% para 9,60%.

Após bater o pé e insistir para manter a votação da reforma do IR ontem, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), acabou recuando a pedido da maioria dos líderes partidários. O gesto elevou o desconforto dos agentes em relação ao panorama político em um momento em que o risco de descontrole fiscal voltou à pauta.

O adiamento da reforma "se soma aos aumentos dos riscos de populismo fiscal em ano eleitoral, justificando, deste modo, os avanços das taxas futuras de médio e longo termo", afirmou o estrategista-chefe da Renascença e ex-chefe do Departamento de Operações do Mercado Aberto (Demab) do BC, Sérgio Goldenstein.

A dificuldade em emplacar um projeto - que continua a sofrer forte resistência de estados, de parcela do empresariado e de economistas - preocupa porque esta é uma situação que pode se estender "por meses", ressalta um gestor local, lembrando que o tema ainda deve passar por todo o processo de apreciação dos parlamentares antes de ser aprovado.

Tudo isso em um momento em que as pressões inflacionárias continuam acossando o Banco Central (BC). A alta de 1,7% do volume de serviços em junho, muito superior à mediana das expectativas de crescimento de 0,4% apurada pelo Valor Data, veio acompanhada de uma leva de revisões de cenários para **inflação** e também foi notada pelo presidente da instituição, Roberto Campos Neto. Em dois eventos durante o dia, o dirigente reconheceu as pressões trazidas pelos serviços e pela crise hídrica. Mais

importante, ele reforçou o compromisso com a meta de **inflação** e sinalizou que o BC vai fazer o que for necessário para ancorar as expectativas.

Na bolsa, o desconforto local ficou visível no descompasso entre o desempenho de ações locais e as americanas. Um dos setores de maior peso do índice, os bancos se destacaram do lado negativo. As ações PN do Itaú recuaram 1,87%, ao passo que Bradesco PN caiu 1,41%, Banco do Brasil ON recuou 2,17% e Santander Units perderam 0,55%. BTG Pactual Units cederam 2,90%.

Contribuindo ainda mais para o dia negativo, balanços de algumas empresas foram mal recebidos pelo mercado, que realizaram lucros nos papéis. Ultrapar ON fechou em queda de 12,33%; B3 ON caiu 7,71%, com a revisão de prognóstico de perda cie uma disputa judicial. Via ON recuou 7,30% e as units do banco Inter caíram 6,16%.

"Quando olhamos os riscos domésticos, acredito que o otimismo que a gente tinha há dois ou três meses tenha sofrido uma redução. As eleições de 2022 serão uma das mais polarizadas da história e uma grande preocupação do mercado é quão disposto o governo está em buscar o apoio da população por meio do aumento de benefícios", afirmou Antonio van Moorsel, diretor de alocação da Acqua-Vero Investimentos.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186978

"Aumento de estímulos fiscais pode ter efeito contraproducente"



Victor Rezende De São Paulo

Em um comprometimento com o sistema de metas e diante do avanço das expectativas de **inflação**, o Banco Central (BC) deve levar a Selic a 7,5% no fim do ano. No entanto, embora o viés seja de alta para a taxa, a economista-chefe para Brasil do J.P. Morgan, Cassiana Fernandez, observa que alguns fatores devem fazer a autoridade monetária desacelerar o ritmo de alta dos juros a partir de outubro.

Em entrevista ao Valor, ela lembra que o ano-calendário de 2023, cujas expectativas inflacionárias estão ancoradas na meta, já começa a ser contemplado no horizonte relevante. A esse fator soma-se, ainda, a perspectiva de um crescimento mais fraco em 2022.

O cenário, contudo, é condicional à percepção dos agentes sobre a trajetória fiscal. "Se adicionarmos estímulos fiscais a um nível em que se começa a questionar de forma mais sistemática a credibilidade da política econômica e a sustentabilidade da dinâmica da dívida, a política monetária terá de subir mais para controlar o efeito adicional da demanda e, possivelmente, controlar o risco de instabilidade financeira. Não é o nosso cenário-base hoje, mas temos que reconhecer que esse risco existe", afirma.

Veja, a seguir, os principais trechos da entrevista:

Valor: Qual a mensagem trazida pelo Copom nos últimos dias?

Cassiana Fernandez: O BC foi mais explícito em relação ao piso da taxa de juros no fim do ciclo monetário ao apontar que hoje seria o nível de 7% para a taxa terminal. Foi uma mensagem importante. Eles vêm reforçando o comprometimento com a meta e passando a mensagem de que vão fazer o necessário para a **inflação** voltar à trajetória compatível com as metas dentro do horizonte relevante, que hoje é principalmente o ano de 2022, mas nos próximos meses 2023 vai começar a ganhar importância. Esperamos que o BC mantenha o ritmo de aumento de 100 pontos-base em setembro, assim como ele já sinalizou tanto no **comunicado** quanto na ata. E então, a partir de outubro, ele pode começar a desacelerar esse ritmo e terminar o ciclo com uma Selic de 7,5%.

Valor: Há algum viés nessa projeção para a Selic?

Fernandez: Houve uma deterioração do debate em relação à condução da política fiscal no fim do ano e ao longo de 2022, que começa a ter impacto nos preços de mercado e pode influenciar também a dinâmica da **inflação** e exigir que a política monetária seja ainda mais restritiva. Se a fiscal é mais frouxa e mais estimulava, a reação da política monetária, dado o comprometimento com as metas de **inflação**, tende a ficar ainda mais restritiva. Por isso, enxergo um viés de alta para a nossa projeção de Selic. A piora na percepção fiscal reduz a credibilidade da política econômica como um todo. Os choques, assim, acabam tendo impacto ainda maior nas expectativas de **inflação**. Isso está na cabeça do BC, que sabe que a assimetria do balanço de riscos vem da preocupação com a política fiscal.

Valor: E esse risco fiscal pode ter algum impacto no juro neutro?

Fernandez: É um risco importante. Hoje o BC vem dizendo que trabalha com um nível de juro neutro ao redor de 3% em termos reais. É muito parecido com as nossas estimativas. Se, de fato, confirmarmos uma deterioração no cenário fiscal, é muito provável que esse número acabe subindo. Por enquanto, há um risco grande e algumas notícias bastante

preocupantes, mas ainda vemos alguma ancoragem da política fiscal. Talvez hoje a credibilidade em relação a esse compromisso esteja menor em relação a um ano atrás. Se houver uma deterioração adicional e o mercado passar a trabalhar com um cenário de que não existe mais âncora fiscal, isso vai se refletir nos prêmios de risco e na projeção da taxa de juros neutra. Não está claro se vamos chegar a esse ponto, mas o viés já está posto.

Valor: O risco fiscal já tem afetado as condições financeiras. Qual o impacto na atividade econômica ?

Fernandez: Tudo o mais constante, se você adiciona estímulo fiscal para manter a trajetória de metas, deveria tentar segurar uma parte dessa pressão de demanda adicional com a política monetária. É um pouco o inverso do que a gente vinha fazendo desde 2016, o que nos permitiu testar novos níveis de baixa na política monetária sem comprometer a dinâmica da **inflação** na trajetória de metas. É uma incerteza que acaba agitando o mercado. Podemos chegar a um nível que acaba sendo contraproducente via condições financeiras. Se adicionarmos estímulos fiscais a um nível em que se começa a questionar de forma mais sistemática a credibilidade da política econômica e a sustentabilidade da dinâmica da dívida, a política monetária terá de subir mais para controlar o efeito adicional da demanda e, possivelmente, controlar o risco de instabilidade financeira. Não é o nosso cenário-base, mas temos que reconhecer que esse risco existe e esse debate da política fiscal no ano pré-eleitoral é, sem dúvidas, um dos fatores de risco que vemos hoje.

Valor: Há uma incerteza em relação ao teto de gastos em 2022...

Fernandez: Eu colocaria esse risco como muito alto, mas, por outro lado, mesmo que haja algum espaço para dar estímulos fiscais, não vai ser algo tão grande quanto o que foi sugerido antes, como sustentar um Bolsa Família acima de R\$ 400. Entende-se que o espaço é menor, mas o risco existe. Além disso, há a dinâmica de atividade e as próprias surpresas inflacionárias. Quando esses fatores são colocados na conta e se somam a um aumento de incerteza política de forma geral, isso vai ter impacto nas decisões de investimento das empresas. Se colocarmos na conta o aumento da incerteza e a piora das condições financeiras, isso vai afetar o crescimento da economia a médio prazo. Temos uma visão um pouco mais conservadora sobre a capacidade da economia brasileira de crescimento em 2022. Por isso, vemos o BC desacelerando o ciclo de alta a partir de outubro. O balanço de riscos é claramente assimétrico para o BC acabar sendo obrigado a ser ainda mais agressivo no aumento dos juros, mas a desaceleração na atividade

deve aliviar um pouco as pressões.

Valor: E nessa conta também entra o deslocamento do horizonte relevante para 2023?

Fernandez: Enquanto 2022 for o principal determinante para a condução da política monetária, o BC deve manter esse discurso mais conservador. No fim do ano, o BC vai olhar, principalmente, as expectativas de **inflação** de 2023. A partir de outubro, faz sentido não ter um ajuste tão tempestivo da política monetária. Devemos atingir um pico da **inflação** no ano contra ano em agosto, em 9,5% e, gradualmente, esse número desacelera para chegar a 7,1% no fim do ano. Se estivermos certos, a partir de outubro teremos um cenário diferente: em vez de lidar com **inflação** que vem acelerando, o BC vai ver uma **inflação** começando a desacelerar. Colocando esses componentes, seria o suficiente para o BC também começar a abrandar o ritmo de ajuste da política monetária.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186978

Expansão fiscal pode levar Selic a mais de 9%, diz XP



Victor Rezende De São Paulo

Diante de um equilíbrio fiscal bastante frágil e no momento em que projetos importantes que podem levar a mais gastos são discutidos no Congresso Nacional, a pressão sobre a política monetária se mostra ainda mais forte. Cada vez mais participantes do mercado projetam níveis mais altos para a Selic no fim do atual ciclo de aperto monetário, mas, caso o ambiente de 2022 passe a ser de expansão fiscal, já há quem aponte chances de a taxa básica subir acima de 9%.

É o caso da XP, cujo cenário básico contempla a Selic em 7,25%. No entanto, em um cenário alternativo, a taxa subiria para 9,5%. "A PEC dos precatórios e a reforma do imposto de renda, em discussão no Congresso, podem tornar a política fiscal mais expansionista -e menos sustentável-do que o contemplado em nosso cenário base", apontam os economistas da casa. Para eles, uma política fiscal mais expansionista teria reflexos sobre a **inflação** e a política monetária ao manter o consumo interno aquecido e ao trazer uma deterioração da percepção de risco-país, que geraria uma taxa de câmbio ainda mais depreciada.

"Apesar da melhora recente na perspectiva fiscal, o Brasil continua com uma dívida bastante alta e uma estrutura de gastos engessada. É um equilíbrio tênue.

O que poderia desequilibrar é justamente a fragilidade fiscal somada ao fato de que já estamos chegando, em termos de consumo, a um nível próximo do potencial", diz o economista-chefe da XP, Caio Megale.

Ele observa que a PEC dos precatórios tramita no Congresso às vésperas de um ano eleitoral, onde tradicionalmente existe pressão maior por gastos. Já em relação à reforma do IR, o economista aponta que, se houver muitos cortes de **impostos** de empresas e pessoas físicas, mais recursos para consumo serão injetados na economia. "E, como o nosso equilíbrio fiscal é delicado demais para aguentar uma expansão no ano que vem, sobraria trabalho para a política monetária", afirma o economista.

Megale lembra que o Banco Central já tem elevado os juros para impedir que os choques de custos contaminem as expectativas. "Se colocarmos lenha na fogueira da demanda, esse choque de custos vai se espalhar. E, além disso, existe o canal da credibilidade. Vivemos em um momento de fragilidade fiscal e já tivemos momentos de sensação negativa sobre o arcabouço fiscal, com depreciação do câmbio e aumento do juro longo. Se forcarmos a barra do lado fiscal, vamos ter que pisar ainda mais no freio monetário, até porque o BC se diz focado em trazer a **inflação** de volta à meta."

Na revisão de cenário do BTG Pactual, divulgada nesta semana, o economista-chefe do banco, Mansueto Almeida, nota que o debate sobre como conciliar uma nova regra de pagamento dos precatórios com o teto de gastos se misturou com as discussões sobre o espaço para um reajuste do Bolsa Família.

"Assim, um debate legítimo passou a ser cada vez mais percebido como uma tentativa de simplesmente aumentar o espaço fiscal para maiores gastos públicos em um ano eleitoral, o que aumentou o risco fiscal e a volatilidade no preço dos ativos domésticos", afirma o economista. Assim, para Mansueto, a redução ou não do risco fiscal está hoje ligada, necessariamente, a essa questão e ao debate do espaço fiscal para novas despesas no próximo ano.

Vale notar que o BTG alterou seu cenário para a trajetória da política monetária e, diante das pressões

inflacionárias mais intensas, passou a ver um ciclo mais longo. Agora, o banco espera que o processo de elevação da Selic termine somente em 2022, quando a taxa alcançar 8%. "No entanto, monitoramos a possibilidade de uma campanha mais rápida/longa, a depender da evolução da atividade econômica e da **inflação**, bem como do comportamento das expectativas e de um agravamento do quadro fiscal", apontam os economistas do banco.

Para eles, a recente discussão sobre como conciliar o pagamento dos precatórios com o teto de gastos aumentou o risco fiscal, "uma vez que representantes da base política do governo chegaram a confirmar o desejo de simultaneamente adotar uma solução mais ampla que possibilitasse um crescimento maior do gasto público em 2022". Isso, na avaliação dos economistas do BTG, "poderia aumentar a incerteza do real compromisso do governo federal com o ajuste fiscal em curso".

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#edition/186978

Câmara barra fim do 2º turno



JORGE VASCONCELLOS LUIZ CALCAGNO

A Câmara rejeitou, ontem, a parte da proposta de emenda à Constituição (PEC) da reforma eleitoral que previa o fim do segundo turno nas eleições para presidente da República, governadores e prefeitos. Com a decisão, que atendeu a um destaque apresentado pelo PT, os deputados concluíram a análise da matéria em primeiro turno. Na véspera, o plenário já havia retirado do texto o chamado "distritão" e aprovado a volta das coligações para as campanhas a cargos proporcionais - vereadores, deputados estaduais e federais. A votação do texto em segundo turno ficou para a próxima terça-feira.

Na sessão de ontem, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), questionou os deputados se preferiam votar a PEC em segundo turno no mesmo dia ou se era melhor deixar para a semana que vem. A relatora da proposta, Renata Abreu (Podemos-SP), não estava presente. Esse foi um dos pontos que pesaram a favor do adiamento.

A derrubada do "distritão" resultou de um acordo entre 15 partidos. Essa modalidade eleitoral beneficiaria os candidatos mais votados, sem levar em conta os votos dados aos partidos, como acontece no atual sistema proporcional. O "distritão" é muito criticado por políticos e especialistas, que o associam ao enfraquecimento dos partidos e ao favorecimento a celebridades e postulantes já em exercício do mandato.

Pelo acordo, o "distritão" seria rejeitado, mas voltariam as coligações para cargos proporcionais, que haviam sido extintas pelo Congresso em 2017. Para os críticos, essas alianças partidárias favorecem os chamados partidos de aluguel e alianças entre políticos sem qualquer afinidade ideológica.

Apenas sete partidos não aderiram ao acordo: PSD, PSol, Novo, Cidadania, PV, Rede e PDT. Na retomada da sessão, ontem, líderes dessas siglas reafirmaram que o "distritão" e as coligações não fortalecem o sistema político-eleitoral.

Quanto às eleições para presidente, governador e prefeito, o texto original da PEC previa o fim do segundo turno a partir de 2024. No modelo proposto pela relatora, o eleitor escolheria até cinco candidatos, em ordem decrescente de preferência. Seria considerado eleito o candidato que obtivesse a maioria absoluta das primeiras escolhas dos eleitores, não computados os votos em branco e os nulos.

Ontem, porém, o plenário aprovou um destaque apresentado pelo PT pela retirada desse dispositivo e a manutenção das eleições majoritárias na forma como são realizadas atualmente, em até dois turnos. O destaque foi aprovado por 388 votos a 36.

Mulheres

Os deputados aprovaram, também, o dispositivo da PEC que prevê a contagem em dobro dos votos dados pelos eleitores a mulheres e a pessoas negras. Esse mecanismo, válido entre os anos de 2022 a 2023, serve apenas para o cálculo das verbas que cada partido receberá do Fundo Eleitoral, e não para efeito da eleição da candidata ou candidato.

A deputada Gleisi Hoffmann (PR), presidente nacional do PT, comemorou a decisão. "Os votos dados a candidatas mulheres ou a candidatos negros para a Câmara dos Deputados nas eleições de 2022 a 2030 serão contados em dobro. Grande incentivo para que os partidos lancem cada vez mais candidaturas negras e femininas. Aprovamos agora", frisou, pelas redes sociais.

Outra mudança importante aprovada pelos deputados é sobre a data de posse de presidentes e governadores. A partir das eleições de 2026, mudará de 1º de janeiro para 5 e 6 do mesmo mês, respectivamente.

Após a aprovação da **reforma política** em segundo turno na Câmara, a PEC seguirá para a análise do Senado, onde, se não for chancelada até 2 de outubro, não valerá para as eleições de 2022.

Para cientista política do Iesp-Uerj, reforma retira muito poder do Judiciário



Argelina: "A proposta do distritão, que foi derrotada, pareceu a tentativa de colocar o bode na sala. E aí vieram as coligações"

Cristian Klein

A derrota do distritão, considerado um sistema hiperpersonalista e que dificultaria a representação de grupos variados da sociedade, levou alívio à cientista política Argelina Figueiredo, na noite de quarta-feira, mas a professora do Iesp-Uerj ainda vê muitos riscos de retrocesso na **reforma política** que está sendo votada na Câmara. Enterrado o "piores modelo eleitoral do mundo", como qualificam os especialistas, a preocupação maior, defende Argelina, deve se voltar para a outra frente de mudanças além da Proposta de Emenda Constituição (PEC): o extenso e pouco debatido código eleitoral, com mais de 900 artigos. "O estrago desse código vai ser grande", alerta Argelina, ao se referir, sobretudo, às alterações que enfraquecem a Justiça eleitoral, uma instituição, lembra, reconhecida internacionalmente e que causa inveja em seus pares de ciência política no exterior, bem como a urna eletrônica: "A Justiça eleitoral brasileira é um ativo que temos em termos de instituições".

A seguir, os principais trechos da entrevista:

Valor: Qual é a sua avaliação sobre a **reforma política**??

Argelina Figueiredo: A proposta do distritão, que foi derrotada, pareceu a tentativa de colocar o bode na

sala. Favorece alguns partidos mas tinha muita resistência. E aí vieram as coligações, que era o objetivo final e tem maior consenso, porque junta os pequenos partidos de esquerda e de direita e no qual os grandes também veem vantagens. É um modelo muito controverso, porque existe aquela ideia de que você vota em um e está elegendo outro. Muitos consideram um mal menor diante do distritão, que de fato é deplorável, não tenho nem palavra. Destruiria o sistema de representação totalmente. Agora, já falei com meus amigos: estamos nos preocupando muito com a PEC, mas esse código [eleitoral] que vem pode causar um estrago.

Valor: Por quê?

Argelina: Ele está realmente tirando muito o papel da Justiça eleitoral, flexibilizando muito mais o processo de fiscalização e de controle de contas e gastos dos partidos. O fundo partidário poderia vir a ser usado sem restrições praticamente, à mercê do que os partidos definam como de interesse da legenda. O TSE hoje tem um prazo de cinco anos [para analisar a prestação de contas e processos eleitorais] e eles deram um prazo de dois anos [para prescrição]. O código também permite contratar uma empresa privada de auditoria. Esse negócio do caixa dois [com permissão de acordo de réu confesso com o Ministério Público] é incrível também. É muito preocupante toda essa reforma.

Valor: Além disso, o que mais preocupa?

Argelina: Outra coisa é o fim da cota de recursos para candidaturas de negros e mulheres. De novo, querem atingir as pesquisas eleitorais, que ficariam sem divulgação na véspera. Quanto à Justiça eleitoral brasileira, ela é um ativo que temos em termos de instituições. Eu sempre contrastei com os Estados Unidos quando as pessoas falam dos problemas da democracia americana. Conversei uma vez com cientistas políticos americanos e todos eles achavam que a justiça eleitoral, ou seja, ter um órgão independente dos partidos que organiza as eleições, aumentando a sua lisura, é fundamental para uma democracia.

Valor: Assim como a urna eletrônica, a existência de uma Justiça eleitoral também é reconhecida como um avanço lá fora.

Argelina: Também a Justiça eleitoral. Um ponto que acontece nos Estados Unidos e as pessoas não percebem bem é o seguinte: o processo eleitoral lá está todo nas mãos dos partidos, e quem declara o resultado final em cada Estado é o secretário de Estado, que é nomeado pelo governador. O governador é partidário, obviamente, o secretário é indicado por ele e as regras das eleições são feitas por esse secretário de Estado. Quando eu estava na Universidade de Brown, como professora visitante, assisti a uma palestra da secretária de Estado de Rhode Island. O Estado é democrata e ela estava contando tudo o que ela fez de regulação para facilitar o processo eleitoral. E nos Estados republicanos se faz o oposto. Por isso você tem nos Estados Unidos aquilo de Estados vermelhos (republicanos) e azuis (democratas) e os contestados, que é onde a disputa presidencial se faz, nestes Estados que eles chamam de "swing States", pois ainda podem mudar. É uma eleição controlada pelas oligarquias estaduais.

Valor: Podemos dizer que a ameaça golpista de Trump foi facilitada por não haver uma Justiça eleitoral, mas não prosperou graças ao legalismo das Forças Armadas, numa situação inversa à do Brasil, onde Bolsonaro consegue usar os militares politicamente, mas encontra no TSE um obstáculo para plano semelhante?

Argelina: Lá, os militares não têm essa tradição. Eles têm o papel de Forças Armadas. Por uma coisa muito mais simples que o Trump fez, em relação ao que o Bolsonaro faz aqui, um comandante imediatamente deu uma declaração no estilo "não conte conosco".

Valor: O TSE e o Supremo Tribunal Federal têm representado uma contenção aos arroubos autoritários de Bolsonaro?

Argelina: Estão enfrentando mas as coisas não estão correndo porque acabam indo parar na mão do procurador [geral da República, Augusto Aras]. E ainda tem crítica dele de que a justiça eleitoral e mesmo o STF agem ex officio, ou seja, sem serem demandados. Estamos numa situação em que se ficar o bicho come, se correr o bicho pega, sem muita saída.

Valor: Que caminho a **reforma política** no Brasil deveria tomar?

Argelina: Uma coisa que eu sempre falei, desde 1993, quando houve o plebiscito sobre presidencialismo e presidencialismo - e em todas as discussões sobre reforma eleitoral, que são recorrentes, quantas já se deram nos últimos anos?-tem que ser feito de forma muito gradual. Mudar totalmente o sistema eleitoral é

algo que ocorre muito raramente. E as tentativas de se fazer isso no Brasil, essa agora está mostrando, às vezes têm o objetivo de mudar alguma coisa que é para piorar, como foi o distritão desta vez.

Valor: Em outros países, reformas políticas se dão de forma muito mais criteriosa, com especialistas, visando um problema claro do sistema, e não de forma casuística ou por mera sobrevivência eleitoral.

Argelina: Aqui as pessoas falam muito dos especialistas, mas não seguem quase nada. Governos perguntam, chamam e depois não fazem nada. O estrago desse código vai ser grande. [Já em relação à PEC], quando penso que a coligação não é um grande problema - com relação ao distritão, com certeza, pois este seria o desastre total - é porque eu prefiro o sistema proporcional com muitos partidos do que um sistema majoritário com dois partidos.

Valor: Porquê?

Argelina: Entre analistas e também cientistas políticos, em grande medida, existe essa exigência de majoritarismo, de que tem que ter pouco partido. Mas é um modelo que exclui. No limite você pode eleger uma Câmara desconsiderando quase 60% dos votos dos eleitores, o que é uma loucura. Se você tiver três partidos mas um centro esvaziado e os extremos muito fortes, isso pode ser a origem da maior crise. De outro modo, se você tiver muitos partidos e eles tiverem um papel limitado, cumprirem algumas funções políticas de representação local, não vejo em que isso pode afetar a governabilidade. Afeta o custo de transação.

Valor: Por exemplo?

Argelina: O Fernando Henrique teve uma coalizão majoritária de centro-direita, com partidos [ideologicamente] contíguos. Tudo bem, essa é bem mais fácil de governar, com mais consenso no governo. O Lula teve uma coalizão de direita-esquerda, vindo para o centro. Existe uma dificuldade maior, mas os resultados acabam sendo os mesmos ou não muito diferentes. Em relação ao grau de sucesso em aprovar medidas provisórias, o de Lula foi até maior que o de Fernando Henrique.

Valor: Podemos dizer, de alguma forma, que a fragmentação no Brasil, com sua legião de chefes de partidos, boa parte reunida no Centrão, permite conter os poderes de um presidente como Bolsonaro? Se ele liderasse um partido majoritário, ou quase, no Congresso, não seria mais perigoso para a democracia?

Argelina: Seria muito pior. E não é só essa a questão.

O Centrão é isso que a gente está vendo. Agora, isso faz parte da composição do Congresso. E a composição é política e tem a ver com o que está na sociedade, tem a ver com processos políticos, sociais. Tem a ver com o PT ter ficado tanto tempo e as forças políticas mais conservadoras já estarem prontas para reagir a isso. A questão não é ter um número grande de partidos. Concordo que ter 28 partidos parlamentares não é uma boa. Tem que se fazer pequenos ajustes.

Valor: Com cláusula de barreira, por exemplo.

Argelina: Mas eles deram uma afrouxada na cláusula de barreira, ao incluir o número de senadores, junto do de deputados, para contar como critério de distribuição de recursos do fundo eleitoral e do tempo de propaganda de TV. É outra coisa que não prestamos muita atenção, mas não faz muito sentido. Eleição só é proporcional na Câmara. Se querem isso, é para beneficiar partidos que são menos representativos. É outro expediente para afrouxar.

Valor: Até onde vai o apoio dos militares a Bolsonaro?

Argelina: Entre os militares há uma divisão. O que a gente não sabe é o tamanho desses grupos. Você tem os bolsonaristas, os legalistas não querendo ser totalmente bolsonaristas - como os comandantes que tentaram justificar o desfile [de tanques em Brasília, no dia da votação da PEC do voto impresso] dizendo que o presidente é o comandante supremo das Forças Armadas, eles são meio envergonhados, não são bolsonaristas - e tem os que são contra, como o general Santos Cruz, mas que aderiu no início. E aí acho que tem uma coisa muito importante que une esses três grupos que é: ninguém quer o Lula, é o antilulismo. O Lula não agrada.

Valor: Vê perspectiva de golpe?

Argelina: Não vejo, acho que os militares não estão a fim. O Bolsonaro é muito incontrolável e pode se virar contra eles também. Porque ele tem uma estratégia com isso. A gente costuma falar que ele é insano. Ele faz insanidades, mas não é insano. Acho que é um estrategista do mal, vamos dizer assim. Ele nunca escondeu que é um cara autoritário, violento, que é ignorante. O que ele fez é uma destruição muito grande, de várias políticas, emparedou instituições que poderiam reagir, botou gente subserviente a ele, como o procurador-geral. O [presidente da Câmara Arthur] Lira acho que pode passar do sinal amarelo para o cartão vermelho, não confio em nada na fidelidade dele. Basta a coisa virar muito para o outro lado. A situação do Brasil não incentiva esse papel salvador dos militares, acho que eles viram que não compensava muito para a instituição. Agora, o

Bolsonaro pode fazer um grande estrago, se ele não for parado. Sempre achei que um processo longo de impeachment poderia ser mais prejudicial do que manter o Bolsonaro até 2022, mas não estou achando mais isso. Porque ele pode fazer um estrago muito maior do que o que já fez.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186978?page=1§ion=1